



Anais da Assembléia

N.º 70

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE JUNHO DE 1977.

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 103ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 1977.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Renato Bernardi e David Federmann.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (44); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: José Domingos Scarpelini, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Del Ciel, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Gabriel Sampaio, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Buffara e Wilson Fortes (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 63/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 48/77 — ex-Proposição número 234/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Curitiba, objetivando construção de seis (06) quadras destinadas à prática de desportos, em prédio de propriedade da municipalidade. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 33/77, de autoria do Deputado Ivan Rüppel, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos Municipais de Andirá, com sede e foro na cidade de Andirá. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI NÚMERO 33/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a “Associação dos Servidores Públicos Municipais de Andirá”, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1977.

(a) IVAN RUPPEL

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Servidores Públicos Municipais de Andirá, é uma entidade que vem prestando inestimáveis e relevantes serviços à comunidade dos funcionários públicos de Andirá.

A cópia dos seus Estatutos, bem como a documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos legais exigidos pela Legislação Federal e Estadual reguladora da matéria.

Assim é que apresentamos o presente projeto de lei e esperamos contar com a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 33/77

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Ivan Rüppel, visa declarar de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos Municipais de Andirá.

Examinando a documentação que acompanha o projeto pudemos constatar que o mesmo se encontra em perfeita condição de receber apoio desta Comissão, senão vejamos:

a) — tem seu Estatuto registrado no Cartório das Pessoas Jurídicas competente;

b) — prova que vem funcionando regularmente há mais de 1 (um) ano;

c) — que seus membros de diretoria não percebem qualquer remuneração ou auxílio.

Em assim sendo, oferecemos nosso parecer pela aprovação do projeto em estudo.

Parecer FAVORÁVEL, pois.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente e Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 08, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 63/77.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 33/77.

Levanta-se a sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 104ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 1977

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo

Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (44); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Del Ciel, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Gabriel Sampaio, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Bufara, Wilson Fortes (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada em observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E:

EMENDA:

EMENDA NÚMERO 391/77

O Artigo 1º da Proposta de Emenda à Constituição Estadual número 391/77, passa a ter a seguinte redação, ficando suprimido o artigo 2º:

“Art. 1º — O parágrafo 3º do Artigo 105, Capítulo VI da Constituição do Estado do Paraná, passa a ter a seguinte redação:

§ 3º — Ressalvado o disposto na legislação federal, são condições de elegibilidade aos órgãos municipais:

I — ser brasileiro;

II — estar no exercício dos direitos políticos”.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1977.

(a) MUGGIATI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Será apresentada perante a Comissão Especial por escrito.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o projeto de lei de minha autoria, que visa declarar de utilidade pública a representação no Estado do Paraná do Montepio dos Servidores Públicos do Brasil.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1977.

(a) DAVID FEDERMANN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ RIBEIRO DE MACEDO SOBRINHO, ocorrido em data de 03 do corrente mês, nesta Capital.

O extinto, exemplo de bondade, dignidade, honradez e elevado espírito público, nasceu em 07 de agosto de 1887, em Itaqui, no vizinho município de Campo Largo, e era filho do Coronel Agostinho Ribeiro de Macedo e de Dona Gabriela de Souza Macedo.

Desde a mocidade dedicou a sua vida e a sua inteligência à causa pública, tendo sido em outubro de 1907, por decreto do Presidente Afonso Pena, nomeado para o posto de Tenente da 3ª Companhia do 5º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional, sediada na comarca de Campo Largo.

No final do ano seguinte foi nomeado “Fiel de Tesoureiro”, por ato do Presidente do Estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva, o qual assumiu em 12 de janeiro de 1909.

Em junho de 1911 contraiu matrimônio com a Senhora Elzira de Almeida Faria, filha do então Presidente do Estado do Paraná, Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho e de Dona Joaquina da Silva Pereira Faria, de cuja união nasceram os filhos Maria, Epaminondas, Manuel (falecido), Eni, Fernando,

Joaquim, Josira e José Luiz.

Foi integrante da primeira turma de diplomados da Escola de Agronomia do Paraná, cuja conclusão daquele curso se verificou em 20 de agosto de 1920.

Por diversas vezes foi-lhe cometida várias incumbências de destaque na administração estadual, entre as quais, há que se ressaltar a inclusão do seu nome na Comissão encarregada de, na cidade de São Paulo, gestionar o pagamento de juros das apólices de emissão especial para o Serviço de Água e Esgoto deste Estado.

Assumiu pela primeira vez o cargo de Tesoureiro do Estado, em caráter interino, substituindo seu pai em 10 de setembro de 1921, ano em que foi também comissionado para organizar “o assentamento geral dos funcionários públicos da Secretaria de Estado e repartições dependentes”.

Em virtude da aposentadoria de seu pai, Coronel Agostinho Ribeiro de Macedo foi, em 1922, nomeado em caráter efetivo para o cargo de Tesoureiro do Estado, por ato assinado pelo Presidente Dr. Caetano Munhoz da Rocha, em cujo posto serviu com honradez, por mais de 48 anos, tendo prestado serviços aos governos do Presidente Dr. Afonso Alves de Camargo, Interventores Manoel Ribas e Desembargador Clotário Portugal e os Governadores Moysés Lupion, Professor Bento Munhoz da Rocha neto e Dr. Adolfo de Oliveira Franco, em cujo período governamental foi aposentado, a pedido, em 28 de janeiro de 1956.

A paz da sua dedicação à causa pública dispensou sempre à sua esposa, seus filhos, seus genros, suas noras, seus vinte e um netos e vinte e três bisnetos o carinho que lhe era inato e a bondade que lhe fluía como o mais puro dos seus sentimentos. Além disto, após sua aposentadoria encontrava o tempo necessário para exercer a sua atividade profissional de agrônomo na Fazenda Pedra Branca de sua propriedade, no município de Bocaiúva do Sul.

Requer, finalmente, que da manifestação da Casa, se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1977.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor FRANCISCO ALVES DO NASCIMENTO, natural do Estado do Rio de Janeiro, mas vinculado à terra paranaense desde os idos de 1945, quando aqui fixou residência e com sua capacidade de trabalho ajudou a desbravar matas virgens, plantar café, implantar o progresso e colaborar para a construção desta magnífica e extraordinária civilização, que é o Noroeste paranaense. Na sua cidade adotiva de Paranavaí, não foi apenas o lavrador progressista e o poeta popular por tantos festejado, foi também, político reconhecido pelo seu valor desde os velhos tempos do Partido Trabalhista Brasileiro, como Delegado que era, função que graças a sua reconhecida fidelidade partidária e inteligência, atualmente desempenhava no Movimento Democrático Brasileiro.

O MDB, sente profundamente a perda do seu filiado e solidariza-se às manifestações de pesar da família enlutada da sociedade paranavaense que se vê desfalcada de mais um membro que em vida foi exemplo de honradez, dignidade e bondade.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1977.

(a) WALDENÍCIO BARBALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Clotário de Macedo Portugal Filho, ocorrido hoje nesta Capital.

Outrossim, pede seja dado ciência do mesmo, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício à Diretoria da Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, encarecendo a necessidade de urgente instalação de Posto de Serviço, para operar através de monocal, no próspero Distrito de Turvo, Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que após manifestação do Plenário, se registre nos Anais da Casa, a nota oficial expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, bem assim as declarações do seu presidente, Doutor Eduardo Rocha Virmond, publicados no jornal "O Estado do Paraná", edição de hoje, a respeito das violências contra estudantes, praticadas por policiais, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1977.

(a) LINEU TURRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Valter Pietrângelo, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Prefeito do Município de Curitiba, encaminhando abaixo assinado dos moradores do JARDIM GABINETO, consubstanciado em memorial reivindicando implantação do serviço de coleta de lixo e melhores condições no setor de transporte urbano, naquele bairro.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

JUSTIFICATIVA:

A inexistência de serviço de coleta de lixo e a precariedade de atendimento no setor de transporte urbano, motivam a exasperação das centenas de famílias que residem no bairro JARDIM GABINETO, situado no KM 4 da Rodovia do Café. Às vésperas de pleitos eleitorais, a sofrida população daquela área é obsequiada com as mais animadoras promessas mas, posteriormente é relegada a completo esquecimento.

Devem as autoridades municipais atentar para o claríssimo fato de que também os moradores do JARDIM GABINETO contribuem para o desenvolvimento da Grande Curitiba e os tributos por eles pagos, devem reverter em obras e melhorias da fonte arrecadadora.

É justa a indignação geral, pois sabem todos que os recursos ali recolhidos são canalizados para outras áreas. Urge, por isso, imediatas providências.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado, solicitando

que S. Exa. se digne determinar os estudos necessários visando a possibilidade de se colocar um soldado da Corporação, nos horários de entrada e saída de colégios no cruzamento da rua Lilian de Araújo com Avenida das Américas, município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1977.

(a) MUARÍCIO FRUET.

JUSTIFICATIVA:

É muito importante, em nosso Estado, o trabalho prestado por soldados da Polícia Militar do Estado disciplinando o trânsito defronte a inúmeros estabelecimentos de ensino, visando zelar pela segurança dos jovens estudantes. O que se pede no requerimento não é propriamente o policiamento junto a um colégio, mas a um entroncamento de ruas - Lilian V. Araújo com Avenida das Américas - São José dos Pinhais, local onde, nos horários de início e término de aulas, se nota um acentuado movimento de estudantes, de inúmeras vilas daquele município, notadamente da Vila Cidade Jardim. A solicitação se justifica pelo intenso movimento de veículos que trafegam em alta velocidade, o que provoca, como é natural, permanente preocupação aos pais dos alunos.

A presença de um policial seria fator de tranqüilidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares, requer, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Ministro da Aeronáutica, Tenente Brigadeiro Joelmir Campos de Araripe Macedo, bem como ao Sr. Diretor do Departamento de Aviação Civil, Tenente Brigadeiro Sylvio Gomes Pires, no sentido de solicitar seja estudada a possibilidade da abertura de uma linha aérea comercial ligando as cidades de Guaíra e Cascavel, no Extremo Oeste do Estado, com Curitiba.

Em razão de estarem sendo concluídos aeroportos pavimentados nestas cidades e, especialmente, pela distância em relação à Capital do Estado propomos esta medida que servirá a rica região produtora onde todos os setores na economia crescem. Na atualidade a rapidez com que são realizados os negócios e a agilidade dos mercados impõe aos homens de negócios e administradores a necessidade de deslocamentos rápidos e constantes. Daí porque a medida proposta viria em auxílio às dificuldades sentidas pelos empresários para quem tempo e agilidade são fatores preponderantes na propulsão do progresso da região.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1977.

(a) WERNER WANDERER.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei Número 67/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública, a Associação Metodista de Assistência Social - A.M.A.S., com sede em Morretes, Estado do Paraná.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1977.

(a) ALFREDO GULIN.

JUSTIFICATIVA:

A Associação Metodista de Assistência Social, mais conhecida como AMAS, foi constituída para a promoção do bem estar social, prestando serviços de assistência a todos que dela necessitam, sem qualquer discriminação de credo político ou religioso, de raça ou nacionalidade.

Esta Entidade promove educação de base, orientação vocacional e formação profissional, por sua conta ou, em cooperação

com entidades públicas e particulares.

Produz e distribui literatura educativa sobre a higiene, bons hábitos e esclarecedora sobre os perigos dos males sociais. Orienta na formação dos futuros lares e na criação e educação dos filhos. Colabora com as iniciativas públicas e particulares que visem o bem estar social.

Saliente-se que todas essas atividades são exercidas pelos componentes da Associação, sem qualquer interesse remuneratório, trabalhando exclusivamente em prol da coletividade.

É, sem dúvida, uma entidade de utilidade pública de fato, e por que então não torná-la de direito para auferir os benefícios que a lei oferece para entidades de tal categoria?

Deixamos aqui a nossa indagação e pedido aos ilustres Pares, que apoiem o presente projeto, dando sua aprovação.

Projeto de Lei Número 68/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE, de Pato Branco, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1977.

(a) IVO THOMAZONI.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando inestimáveis serviços à comunidade de Pato Branco. Dedicando-se ao trato do bem estar e ajuda à criança excepcional, promove um trabalho desinteressado a dos mais relevantes à Sociedade. Seus objetivos transcendem ao atendimento direto, mantendo cooperação com entidades congêneres, particulares e públicas, incentivando a criação dessas instituições, além de colher e fornecer subsídios para medidas legislativas no interesse dos excepcionais.

Sua diretoria não é remunerada e a entidade funciona há mais de um ano.

Justo que o poder público lhe outorgue o reconhecimento de utilidade pública, para que possa gozar dos benefícios legais decorrentes.

Esperamos contar com o apoio de nossos Pares a esta proposição.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, inscrito.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Há necessidade sempre que possível de dizer e divulgar a importância da soja no setor da alimentação. Por isso em todos os lugares onde a soja é cultivada deve ser destacada, deve ser divulgada. Realiza-se no próximo dia 11 a segunda exposição de soja no município de Sertaneja. Uma região onde tal modalidade de produção agrícola atinge muita expressividade, tanto pela quantidade colhida em suas fertilíssimas áreas de terras como, em particular, pela qualidade do soja.

É o trabalho, o esforço aliado a mais moderna técnica que permitem tão importantes fatores, porque o soja, como todo produto competitivo no mercado internacional, sofre uma concorrência de países altamente desenvolvidos pela ciência agrícola, tanto na China, com sua cultura e sabedoria milenar, como nos Estados Unidos da América do Norte, os detentores dos mais avançados conhecimentos aplicados à agricultura.

E como o Estado do Paraná passa a ser o maior produtor de soja no Brasil, em tempo relativamente curto, posto que deverá se esforçar por mantê-lo é oportuno que se diga nesta Casa, - já ser necessário, - já se impôr uma campanha intensa e extensa demonstrando as qualidades do soja e sua máxima importância na alimentação humana, de aves e de outros ani-

mais, tanto destinados ao consumo do homem, como sua alimentação.

No Brasil, infelizmente, o soja ainda não encontrou receptividade na alimentação humana, a não ser sob a forma de óleo comestível, muito embora os nutrólogos brasileiros afirmam ser ela a mais rica e mais barata das proteínas disponíveis.

O mesmo fenômeno, entretanto, não ocorre na Ásia, China e Japão, onde o consumo do soja “in natura” está totalmente generalizado, podendo-se afirmar até, que a importante leguminosa, tão rica em proteínas, resolveu todos os problemas alimentares e nutricionais de uma população que se dizia fatalmente condenada à fome, como foi o caso da China.

O nosso País colhe hoje, quase 13 milhões de toneladas de soja, mas pouco se tem feito no sentido de melhor aproveitá-la no consumo interno. Haja visto por exemplo, que pensamos em importar feijão em alta escala, quando a grande solução deveria ser a de incentivar ainda mais o consumo da nossa importante leguminosa que na verdade é o melhor substituto para o feijão.

Mas para que isso venha a ocorrer, necessário será uma campanha programada de política nutricional, feita diretamente ao povo, sensibilizando-o para a mudança de seus hábitos.

Seria muito oportuno se tivesse sido coroado de êxito o apelo do eminente Presidente Geisel recentemente feito para que os brasileiros sentissem a necessidade de se introduzir o soja na dieta alimentar, a começar pela ampliação de alguns bem sucedidos experimentos no âmbito da merenda escolar.

Mas, entretanto, parece que todo o esforço, tem caído no vazio, uma vez que nada de absolutamente concreto, tem sido levado a efeito, para o aproveitamento de tão importante fonte de proteínas.

Devemos, sem dúvida, aplaudir a exportação de soja, uma vez que isso nos coloca em boas condições frente à balança comercial, mas, paralelamente teremos que envidar todos os nossos esforços no sentido de procurar consumir a importante fonte de proteínas. Só assim evitaríamos a importação do feijão que na verdade, nutricionalmente é um produto de teor alimentar bem mais inferior ao do soja.

Apenas a título de facilitar a divulgação das propriedades dessa fabulosa riqueza que o soja contém, queremos dizer, comparativamente, quais as calorias de alguns alimentos comumente consumidos.

Um ovo	80 calorias
Um copo de leite	166 calorias
Cerveja - um copo	120 calorias
Uma banana	100 calorias
Bife de carne de vaca	120 calorias
Feijão - 100 gramas	322 calorias
Soja - 100 gramas	443 calorias

Diante disto é que sugerimos uma permanente campanha no sentido da divulgação da riqueza de calorias do soja, determinando o seu uso em todas as refeições fornecidas pelo poder público - municipal e estadual. Sugerimos ainda que se fizesse também uso razoável do soja, nos quartéis e hospitais, com o que, além de tudo que significa para a economia de divisas com a importação de trigo, estaremos dando execução prática ao apelo do Presidente Ernesto Geisel, e para que a importante campanha não continue permanecendo no vazio”.

Essas eram as considerações, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que achávamos por bem fazer, exatamente, nesta semana que se inaugura no próximo dia 11, ou se instala, a segunda feira de produtos de soja, na cidade de Sertaneja.

E aproveitaríamos, ainda, esta oportunidade, para convidar, em nome do Prefeito Municipal daquela localidade, todos os Srs. Deputados para que lá compareçam a fim de prestigiar aquele grande empreendimento e, acima de tudo, conhecer,

realmente, onde se cultiva soja com absoluta técnica, moderna e eficiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra, inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acho que se o Brasil retornasse à sua normalidade democrática, teria o povo brasileiro e mesmo as autoridades que governam esta Nação menos um problema para enfrentar. Nós iríamos enfrentar depois, tão somente os problemas que dizem respeito à economia e à justiça social. Nenhum povo, eu acho que pode viver tranquilo, num País em que não sabe por que leis e por que princípios é governado.

Nós, no Brasil, nos sentimos assim. Não conhecemos as leis e nem os princípios pelos quais somos governados. Estamos sob o império do arbítrio, sob a vontade de quem manda. Dizem os que contestam os nossos argumentos, os argumentos que tem levantado a Oposição, de que os atos de exceção constituem sempre uma espada sobre as nossas cabeças; que o Governo é ponderado e que ele dificilmente aplicaria as leis de exceção. Mas, nós que não somos escafandristas de consciência, não sabemos quando e de que forma esses atos virão contra nós.

Não temos a segurança no nosso comportamento ou na nossa maneira de agir, que muitas vezes não coincide com o pensamento de outros.

De sorte que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, era uma grande coisa que se faria nesta Pátria, se se devolvesse os direitos e garantias individuais, se restabelecesse a ordem e a verdadeira democracia para esta Nação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, e como esse é um assunto de momento, nós queríamos trazer, nesta oportunidade, a nota oficial da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, que foi distribuída à imprensa e que publicou o jornal, "O Estado do Paraná", bem assim as declarações do Sr. Presidente, Dr. Eduardo Rocha Virmond, repudiando os atos de violência e torturas a que foram submetidos os estudantes paranaenses, dentre eles menores. E a nota oficial da Ordem dos Advogados está vazada nos seguintes termos e vou ver se o tempo ainda me é permitido lê-la por completo. É o seguinte o teor da nota oficial: (Lê):

"Os direitos de reunião, manifestação e associação se confundem com os de liberdade de pensamento, todos garantidos pela Constituição da República, além de ratificadas pelo Congresso Nacional em razão de compromissos internacionais do Estado Brasileiro entre as Nações Unidas. A proibição do exercício de qualquer deles é juridicamente insustentável e significativa violação de direitos civis fundamentais. Como guardião da ordem jurídica e da Constituição da República, a Ordem dos Advogados do Brasil é compelida a se manifestar quando, como agora, autoridades públicas violam expressamente essas garantias constitucionais, com a intenção de limitar o pensamento e a atividade de estudantes de grau superior e a impedir o exercício, por eles, dos direitos civis que abrangem toda a nacionalidade.

A Ordem dos Advogados do Brasil não entra no mérito das motivações estudantis. Proclama o direito de manifestação — que está sendo violado — e protege as vítimas de quaisquer consequências de uma violação, no sentido da defesa da ordem jurídica e dos direitos humanos dela emergentes. Nesse sentido, repudia os atos de violência e tortura a que foram submetidos estudantes paranaenses, entre eles menores e moças, por agentes policiais desmerecedores de suas funções, em violação ao artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e ao parágrafo 14 do artigo 153 da Constituição da República, em consequência do que serão acionados os devidos instrumentos legais para apurar-se a responsabilidade dos autores de tais atos, que suscitaram revolta e indignação mesmo de pessoas de sua corporação.

Face de tais acontecimentos, foi instaurada sindicância a ser remetida às Procuradorias da Justiça e da República, assim como para dar conhecimento de tais violências, em sua extensão, às autoridades do Estado e da República".

E assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminho à Mesa o requerimento para que seja registrado nos Anais da Casa, a nota oficial da Ordem dos Advogados que acabo de ler.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência registra com satisfação a presença neste plenário do Dr. Vicente de Paula Xavier, DD. Juiz de Direito da Comarca de Foz do Iguaçu.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel. — (Pausa). — Ausente, o Sr. Deputado Gabriel Manoel, concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"SÚMULA: Dirige apelo à Mesa, extensivo ao Chefe do Poder Executivo, como partes no Mandato de Segurança 34/71.

Há um processo no Supremo Tribunal Federal, quase esquecido, o qual, no entanto, é da mais alta importância para a vida política e administrativa do Paraná.

Trata-se do Recurso Extraordinário número 75.854 do Paraná, em que são Recorrentes — o Estado do Paraná e a Mesa da Assembléia Legislativa Estadual, e Recorridos — os Deputados Estaduais José Muggiati Filho, Nival Krüger, Nelson Buffara, Domício Scaramella, Álvaro Dias, Sebastião Rodrigues Júnior e Antônio Belinati.

O citado recurso é originário de mandato de segurança, impetrado pelos recorridos contra atos da Comissão Executiva do Poder Legislativo e da Mesa da Assembléia Legislativa do Estado, perante o egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, sob o número 34/71.

É em torno desse mandato de segurança que se circunscreve o presente.

Primeiramente, para acentuar que, embora esquecida pela grande parte de seus interessados e, provavelmente, até desconhecida dos atuais governantes paranaenses, a medida continua pendente, envolvendo toda a redação da Emenda Constitucional número 03. Esta tem vigido precariamente por todo esse tempo, que vem desde a data de 01 de junho de 1971.

Completo ontem, o "writ", sem sexto aniversário, e há quatro anos que o processo permanece em poder do Sr. Procurador Geral da República, que dos autos recebeu carga em 12.03.73, segundo informação da Secretaria do S.T.F. colhida em 01 do corrente.

Não se pretende abordar dos fatos em que se assenta a causa nem da ilegalidade dos atos praticados pelas impetradas, ora recorrentes.

O acionamento do Poder Judiciário, não obstante, foi um episódio no País, em que os legisladores reagiram contra o que consideravam a opressão de seu próprio Poder, viciando e eivando de nulidades, consequências do arbítrio, o processo legislativo que deveria nortear a elaboração da Emenda Constitucional número 03.

Prolatou o Egrégio Tribunal de Justiça o venerando acórdão número 1552, cuja súmula foi publicada no "Diário da Justiça" de 12 de novembro de 1971, pelo qual (fls. 203-204):

"Acordam os Juizes componentes do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em sessão plena, por votação unânime, em rejeitar as preliminares argüidas e conceder a segurança, confirmando a liminar, para o fim de serem devolvidos aos impetrantes todos os prazos a contar da inclusão na Ordem do Dia, em 25 de maio de 1971, da Proposta de Emenda da Constituição, para que se renove o ato, nos estritos termos do art. 29 da Constituição do Estado do Paraná, e, a partir daí, com integral renovação de toda elaboração legislativa e plena

observância dos preceitos regimentais e constitucionais, até final promulgação. Em consequência, restaura-se a vigência no Estado do Paraná, do texto da Emenda Constitucional número 03, promulgada pela Assembléia Legislativa, em data de 28 de fevereiro de 1970 até que a referida Emenda Constitucional número 02 seja alterada ou modificada pelos meios próprios”.

A execução do julgamento ora em grau de recurso excepcional, no entanto, foi SUSPENSA mediante despacho do eminente Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal.

A propósito da SUSPENSÃO DE SEGURANÇA, convém salientar que a mesma vigorará enquanto pender o recurso, ficando SEM EFEITO, SE A DECISÃO CONCESSIVA FOR MANTIDA pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, ou transitar em julgado. (Art. 277 do Regimento Interno do S.T.F.).

Há por consequência, um importantíssimo litígio pesando sobre a Carta Estadual representada pela Emenda número 03, cujo Acórdão da Justiça Paranaense revigorou a Emenda Constitucional número 02, ou seja, a Constituição Estadual de 1970.

Como bem observa José da Silva Pacheco, à página 245, vol. 31, do “Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro”.

“A litispendência começa com o ajuizamento da demanda e termina com o processo, mediante sentença irrecorrível, desistência, transação, renúncia ou superveniência de fato que lhe ponha fim.

A litispendência, já o dissemos, traz como consequência, além da “perpetuatio fori”, com a indistritabilidade da competência, a imodificabilidade da demanda, isto é, do objeto litigioso, tal como contido na petição inicial e na contestação (matéria de fato e de direito e fundamentação), salvo os casos expressos, e a inalienabilidade e imperecibilidade da coisa litigiosa e dos seus efeitos.

Quanto a este último efeito, era sagrado tanto no direito romano como no direito comum, que proibiam a alienação da “res”. Por coisa litigiosa não se deve entender apenas a coisa corpórea (objeto da “rei vindicatis”), mas todo objeto, inclusive hipoteca ou obrigação e os direitos.

O “status quo” ou estado de fato, cuja alteração sem razão de direito, em prejuízo de uma das partes constitui atentado, abrange a totalidade da situação processual criada pelo fluxo da eficácia litispendencial. Tudo que exista no círculo abrangido por esse fluxo, está sujeito aos seus efeitos e, por isso, não pode ser alterado, sem razão de direito. Não é somente a inovação na coisa litigiosa, mas também no objeto litigioso, e em tudo que se cinja a esse objeto sob a atração da litispendência, inclusive as provas”.

Na clara e precisa definição de WELLINGTON PIMENTEL (“Coms. ao Cód. de Proc. Civil”, v. III, p.261), “etimológica e tecnicamente, litispendência significa a existência de lide pendente, vale dizer, de lide em curso, ainda não definitivamente decidida”.

O que não deixa de causar espécie, portanto, é que uma obra editada oficialmente pela Casa (“Sistema Constitucional do Paraná”), da respeitável autoria do Dr. Reginaldo Fanckin, sem que tivesse sido submetida antes à apreciação da Comissão Executiva, ou pelo menos não chegou a ser do conhecimento do então Segundo Secretário, que é o subscritor destas razões, venha colocar seus leitores menos avisados em erro, ao afirmar, à página 350:

“Não obstante, na sequência processual, o Tribunal de Justiça consedeu a segurança, para determinar à Mesa da Assembléia Legislativa a devolução, aos Impetrantes, dos prazos e prerrogativas regimentais reclamados.

Nova medida apelatória é submetida ao Presidente da Suprema Corte, pelo órgão de representação judicial do Estado, com a finalidade de obter a revogação da segurança, que igualmente prosperou, livrando assim, a Constituição de tais embaraços (os grifos são nossos).

Nessas condições, mesmo em vigor e produzindo todos os efeitos orgânicos e normativos, a emenda número 03, ou Constituição de 1971, permaneceu algum tempo “sub-judice”, isto é, pendente de deliberação judiciária” (grifos nossos).

Ora, do simples confronto com o texto regimental do Supremo Tribunal Federal supracitado, que disciplina a suspensão da segurança, conclui-se que o trecho enfocado é matéria destoante da obra realmente valiosa em que se incrustou, talvez, por equívoco de seu brilhante autor.

A Carta Estadual de 1971 está “sub-judice”, constituindo-se em lide pendente, de acordo com os preceitos legais e doutrinários que norteiam a matéria.

Mas, a realidade é que parece não ser este o entendimento que predomina nos setores governamentais, do executivo e do próprio legislativo.

Tais conclusões, se predominantes, necessariamente precisam ser modificadas, evitando-se, com relação à lide, que alterações no estado de fato, conforme se viu, possam levar os Recorrentes a cometerem atentado (art. 879, III do C.P.C.) contra os Impetrantes e atuais detentores da Segurança, cuja medida só não se executa por se achar suspensa.

Por outro lado, é de se convir que o Paraná não poderá continuar sob tal situação: seja qual for o seu resultado, o referido Recurso Extraordinário precisa ser julgado, para que se veja definitivamente mantido ou não o ilustrado decisório do egrégio Tribunal de Justiça.

Tivesse o Estado atendido nosso apelo anterior, de renovação do processo legislativo, mediante comum acordo, o que dependeria de apenas dias, e não estaríamos no aguardo de tão demorada decisão.

De nossa parte, como Impetrante, estamos encaminhando ao Exmo. Sr. Ministro Djaci Falcão, Eminente Relator do Recurso, petição que, com amparo no parágrafo primeiro, do art. 54 do R.I. do S.T.F., se requer a requisição dos autos em poder do Senhor Procurador Geral, por excesso de prazo.

Outra providência que entendemos oportuna é a de transmitir à douda Mesa desta Assembléia o nosso apelo formal, de que redobre as suas iniciativas, visando alcançar a solução da pendência.

Por oportuno, pedimos que esse apelo se torne extensivo ao outro Recorrente, o Estado do Paraná, levando-se o inteiro conhecimento do presente ao Senhor Governador Jayme Canet Júnior.

É o procedimento que parece caber a todos os interessados, visto que, “ex rigore legis”, ressalvados os dispositivos da aplicação imediata originária da Constituição Federal, cuja vigência em todo o território nacional independem da reforma das cartas estaduais, nenhuma modificação poderá ser feita no texto da Emenda número 03, até que se julgue o Recurso Extraordinário número 75.854, pois, nos termos do V. Acórdão citado, a Constituição do Paraná é a de 1970”.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). – No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira. – (Pausa). – Não se encontrando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar. – (Pausa). – Não se encontrando presente, concedo a palavra, no horário reservado à Liderança da ARENA, ao Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN – Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): “Assistimos hoje, em todo o País, a um verdadeiro clamor da maioria dos Estados e Municípios, quanto ao desequilíbrio das finanças estaduais locais.

Ao crônico problema das finanças nos Estados do Nordeste e outras regiões de economia menos fortalecida, junta-se agora a situação dos Estados do Centro-Sul. De Minas Gerais até o Rio Grande, todos os Estados possuem características semelhantes. E quase todos eles apresentam “deficit” orçamentário.

De Santa Catarina chega-nos a notícia de que o Governo

foi reestruturado em novas bases administrativas para poupar recursos. Mas seus professores estão com o salário atrasado há 3 meses.

Do Rio Grande do Sul a informação é que o Tesouro Estadual apresenta um "déficit" tão pesado que o Governo se obrigou a tomar um empréstimo de emergência junto ao Banco do Brasil, para permitir o pagamento do funcionalismo.

Em São Paulo as dificuldades causadas pelo desequilíbrio financeiro foram tão grandes, a ponto de ser sido mudado o Secretário da Fazenda.

Não obstante, São Paulo é um Estado pujante, cuja agricultura sozinha é maior que toda a economia primária do Paraná; Santa Catarina e Rio Grande do Sul possuem o mesmo perfil econômico que o Paraná: exportam soja, milho etc. No Rio Grande o Secretário da Fazenda é o respeitado professor Jorge Babô Miranda.

E o Paraná? Por que o Estado é uma exceção, com sua execução orçamentária rigorosamente em dia e o Texouro exibindo até um ligeiro "superavit"? Por que o Estado mantém o pagamento do seu pessoal em dia, dando-lhe o mesmo índice de aumento do pessoal da União? Mantendo o mesmo ritmo de obras públicas programado desde o início do Governo?

Para quem possa duvidar, apresento alguns dados financeiros do Estado. Segundo a Mensagem do Governador, lida nesta Assembléia, em março passado, durante o ano de 1976, o Estado teve uma receita orçamentária de seis bilhões e quinhentos e dezoito milhões de cruzeiros, para uma despesa de seis bilhões, duzentos e vinte e sete milhões de cruzeiros. Portanto, com um "superavit" de quase trezentos milhões de cruzeiros.

No primeiro trimestre de 1977, segundo os dados fornecidos pela Secretaria de Finanças, a receita orçamentária do Paraná foi de Cr\$ 1.717 milhões, e a despesa Cr\$ 1.632 milhões.

Os dados continuam em equilíbrio, apesar da persistência da inflação — que altera os custos das obras públicas — e das dificuldades econômicas relativas decorrentes do chamado "desaquecimento" da economia brasileira.

Senhores, se o Paraná vive a mesma realidade econômica dos Estados vizinhos, se ele tem os mesmos encargos médios das demais Unidades da Federação, por que só ele apresenta suas finanças equilibradas, enquanto os demais Estados se debatem em uma crise profunda, que chega a preocupar o Governo Federal?

Só podemos creditar o desempenho paranaense ao mérito de sua administração. Ao zelo com que o Governo Jayme Canet Júnior, dirige o Estado; à competência do seu Secretário de Finanças, o empresário Jayme Prosdócimo.

Com efeito, hoje o setor fazendário paranaense é dos mais perfeitos do Brasil. A programação financeira é tão eficiente que as previsões abrangem os exercícios futuros, compondo-se com os dados do Planejamento, na sua área de Orçamento. Por exemplo, nesta altura já há indicativos de como serão o plantio e a comercialização dos principais produtos agrícolas do Paraná para a safra de 1978.

E mesmo que haja flutuações na exportação, como vem ocorrendo com a soja, em função da recente implantação do confisco cambial sobre esse produto, as finanças paranaenses não foram abaladas (à diferença do que vem acontecendo, por exemplo, no Rio Grande do Sul). Porque tudo está previsto com margens adequadas de segurança.

Porque a despesa estadual é sempre bem planejada, com as cautelas de quem não deseja investir demais e ficar sem recursos para pagar à professora do mais remoto lugarejo.

Para garantir uma razoável marcha de segurança de seu desempenho financeiro, o Governo do Paraná estuda as fontes alternativas de recursos e levanta empréstimos para multiplicar os investimentos de base na economia estadual.

Assim, no ano de 1976, foram contraídos empréstimos, fora do Estado ou no Exterior, equivalentes a Cr\$ 600 milhões. Dinheiro para rodovias, para saneamento básico, industrialização, escolas, usinas elétricas.

O que representa isso? Menos de 10 por cento da receita orçamentária ordinária, claramente compatível com a capacidade de amortização do Tesouro. E ao mesmo tempo, uma firme alavanca para acelerar a produção do desenvolvimento estadual.

Senhores, este é o quadro das finanças do Paraná, para tranqüilidade nossa e de quantos queiram vir conosco, trabalhar para o futuro desta terra. A situação de equilíbrio financeiro do Paraná é digna de ser mostrada aos paranaenses e aos brasileiros!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Excelentíssimo Sr. Secretário de Segurança do Paraná, recebeu, ou está recebendo no dia de hoje, a seguinte carta que leremos na íntegra, para constar dos Anais desta Casa como um documento histórico, a evidenciar irregularidades e injustiças, e para conhecimento formal de todo o povo do Paraná.

Eis, na íntegra, o documento:

"Londrina, 07 de junho de 1977.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança.

Curitiba — Paraná.

Senhor Secretário:

Eu era um jovem de 20 anos começando o curso de Direito, no dia em que decidi ingressar na Polícia do meu Estado.

Moço pobre, lutando por um lugar ao sol, trazendo já uma razoável bagagem de conhecimento da vida — adquirida no trabalho e nos bancos escolares — eu conhecia bem de perto a imagem da Polícia paranaense, uma instituição desacreditada e desaparelhada, a ponto de tornar mal visto todo aquele que a integrava, mesmo que imbuído dos mais sérios propósitos, como policial.

Eu tinha plena consciência de toda esta situação. Acreditava no entanto, que tudo isto, um dia, iria mudar. Sentia, como estudante das Ciências Jurídicas e como cidadão, que, a nossa comunidade e o nosso País seriam mais felizes no dia em que pudessem confiar nos responsáveis pela sua segurança, no dia em que a Polícia se convertesse em uma instituição composta de homens de bem, honestos, incorruptíveis e que exercessem, como um sacerdócio, a sua difícil, porém, nobre missão.

E foi com este espírito cheio de sonhos e de idealismo, que me decidi a tentar a carreira policial.

Frequentei durante 9 meses o curso de Criminologia, prestei concurso para Comissário de Polícia, fui aprovado; e com apenas 21 anos de idade, era investido nas funções de Delegado Adjunto de Crimes contra a Fazenda e, antes, prestei serviços na Delegacia de Jogos e Diversões, ambas sediadas em Curitiba.

Julho de 1972:

Eu tinha apenas 22 anos de idade, quando a instituição a que servia, a Secretaria hoje dirigida por V. Exa., designou-me para assumir, como titular, aquela que os veteranos policiais consideravam um "osso duro de roer", ou seja, a Delegacia de Arapongas. E Arapongas era o centro da criminalidade do Norte do Paraná.

Lá desfrutavam de livre trânsito, os pasteiros, os traficantes de drogas, os assaltantes de bancos e os mais perigosos marginais de todas as espécies. Era o crime organizado!

A sanha das quadrilhas acobertadas!

"coitado do Tavares" Esta, foi a expressão de um velho

policial, no dia em que me despedia dos colegas em Curitiba, tomando o rumo de Arapongas.

O que lá enfrentei, Excelência, talvez um dia possam as autoridades e a opinião pública tomar conhecimento em toda a sua extensão.

A nefasta maquinação política interessada na manutenção de um "status" que envergonhava o nosso Estado; a convivência enraizada em anos e anos de indulgência, de quem não podia falhar aos seus deveres; a ousadia dos quadrilheiros; o ceticismo dos próprios homens de bem que esperavam pelo dia em que tudo aquilo iria terminar; a intimidação, a tentativa de suborno, o risco de vida (fator constante na vida de um policial), nada disso Excelência, fez-me desviar um milímetro sequer o ideal que havia abraçado no momento em que decidi os rumos de minha vida.

E a tudo enfrentei.

Submeti a sacrifícios a minha própria família, mas jamais voltei à minha casa, deixando na delegacia uma tarefa a cumprir, e acredito que consegui vencer.

O testemunho mais vivo dos resultados obtidos não será meu e nem de meus colegas policiais, mas da comunidade e da opinião pública de Arapongas e de todo o Norte do Paraná.

Pois foi exatamente em Arapongas que sofri a minha primeira decepção: no exato momento em que bem pouco restava para implantar de uma vez por todas o clima de segurança e tranquilidade na cidade, minha permanência tornou-se incômoda para os que mantinham o "mando político", para os "donos da cidade". Fui retirado de Arapongas.

E vim para Londrina, em circunstâncias que mais aparentavam uma promoção.

Com efeito, Senhor Secretário, um Comissário de apenas 24 anos naturalmente teria que se orgulhar em ser Delegado da fulgurante Londrina, no centro econômico, político e universitário do Norte do Paraná, na cidade que irradia cultura e desenvolvimento para milhões de paranaenses, na terceira cidade do sul do Brasil.

Confesso que me senti orgulhoso, apesar de assustado, no dia em que cheguei a Londrina. Mas consegui manter a humildade, a firmeza e o sentido de respeito aos mais comensais princípios de direito, de igualdade, de honestidade e de justiça.

A minha atuação na décima Sub-Divisão Policial é conhecida da população de Londrina. Permita-me a falta de modéstia, Senhor Secretário, mas sinto-me inteiramente à vontade para dizer que em Londrina ganhei o apoio, a simpatia, o respeito e o calor de solidariedade de toda a população. Perdão, Excelência: de toda a população, menos dos bandidos e dos homens que tinham o "famigerado mando político".

Mais uma vez a pressão política determinou minha remoção. E voltei a Curitiba.

Prestei o concurso para Delegado de carreira e fui aprovado em "primeiro lugar". Foi para mim um dia inesquecível aquele em que o General Mário Portes (de quem sou profundo admirador e a quem tanto devo), em seu Gabinete, deu-me posse como Assessor do Diretor da Polícia Civil, o insigne promotor Dr. Antônio Lopes de Noronha, a quem também devo muito de minha carreira. Os sonhos se mantinham.

Mudou o Governo, no começo de 1975.

Fui mandado para Goioerê e o meu sentido do dever impôs-me fazer investigações que descontentaram e desconfortaram os poderosos locais. Menos de um ano depois, retornava a Curitiba, para a Delegacia de Vigilância e Capturas.

Um dia, em viagem a Londrina e Bela Vista do Paraíso, fui procurado pela TV Coroados que insistia para que eu falasse sobre os "Crimes Insolúveis" de Londrina.

Eu falei, disse apenas a verdade. E mostrei que nem todos são insolúveis.

Vossa Excelência, no entanto, julgou que eu merecia ser

punido por dizer a verdade.

Suspensão por 10 dias, destituído do cargo na DVC e recolhido às funções decorativas na Polícia Civil, meu ânimo começou a se abater.

Os sonhos se desvaneciam e a realidade se desnudava ante a minha perplexidade.

E daí, então, é que realmente pude perceber que tudo aquilo que eu havia construído, com sacrifícios, suor e até lágrimas, não passava de um simples "castelo de areia".

Que maior humilhação, Senhor Secretário, poderia ser impingida a um homem formado no trabalho e na vergonha, do que ver-se punido e atirado a um canto, como um parasita?

Felizmente, Excelência, restava-me a força da consciência tranqüila, a certeza inquebrantável de que eu tudo fizera para engrandecer a Polícia e dar ao nosso Estado o clima de segurança tão ansiado pela nossa gente.

Nesta situação eu me encontrava, no dia em que uma Comissão de amigos da minha cidade natal, Bela Vista do Paraíso, veio a Curitiba buscar-me para uma candidatura a Prefeito pelo MDB.

Resolvi aceitar. Licenciei-me e voltei à minha terra, que muitos diziam ser a "terra do Governador" e de lá retornei como o segundo mais votado em menos de três meses de campanha.

"Você foi se candidatar na terra do Governador, agora vai ter que arcar com as consequências" — foi a primeira advertência que recebi.

Requeri licença por dois anos, sem vencimentos, como tem direito qualquer servidor. Vossa Excelência, no entanto, achou por bem recusar.

E hoje estou designado para assumir a Delegacia do longínquo município de Santo Antônio do Sudoeste, na fronteira com a Argentina. Promoção ou perseguição?

LONDRINA, onde está minha família, pede a minha volta através da manifestação de sua Câmara de Vereadores.

Em ARAPONGAS, onde servi há tempos, fui homenageado com uma placa de prata pela Comissão de Festejos daquela cidade, em reconhecimento ao trabalho que ali desenvolvemos.

No entanto, Vossa Excelência designou-me para a área de fronteira, a mil quilômetros de minha mulher e de meus filhos. Designou-me V. Excelência para um município onde, eu sabia, nunca serviu um Delegado de carreira.

A família ou a Polícia?

O ideal ou a subserviência?

Fico com a família, Senhor Secretário.

Fico com meu ideal.

Exonero-me dos quadros da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, através deste instrumento. E saio pobre, mas honrado. Vou olhar nos olhos de meus filhos, sem baixar a cabeça.

E neste gesto, ao término de sete anos de serviços prestados à causa da segurança e da tranquilidade da família paranaense, considero prematuramente encerrada uma carreira, que se não foi extensa, pelo menos foi digna e útil.

Procurei ser um Delegado justo.

Se algumas vezes fui rigoroso, é porque a missão de um Delegado é por natureza rude e espinhosa. Mas sempre procurei fazer justiça. Não me recordo de ter cometido uma só injustiça!

Termina a carreira mas não morrem os ideais.

Vão-se os sonhos de garoto que queria ver todo um povo feliz, mas fica a certeza do homem que conseguiu dar tranquilidade a muita gente.

Aos velhos colegas, aos Delegados e outros companheiros que se consumiram no exercício honesto da nossa luta comum, deixo a manifestação do meu mais profundo respeito.

Aos novos, àqueles que agora se iniciam na vida policial, transmito uma palavra de incentivo para que combatam o bom combate. Queira Deus que eles sempre trilhem o caminho da re-

tidão, que não se verguem nunca ante o peso das pressões e aos acenos da corrupção que ainda infesta a vida pública do nosso Estado. Que eles consigam realizar seus ideais. E se algum dia, como eu, vítimas de injustiça e da incompreensão, também tiverem que interromper a carreira agora iniciada, possam igualmente sair com a convicção do dever cumprido e a consciência de terem sido úteis à sua (nossa) instituição.

Um dia, ainda que tarde, o laborioso povo do meu Paraná, há de ter um organismo policial nos moldes daquele que sempre sonhei.

Minha maior gratidão é para com o povo das cidades onde servi como Delegado de Polícia. O povo sempre me proporcionou forças para enfrentar as mais difíceis missões de minha curta mais intensa carreira. E eu aprendi, Sr. Secretário, a amar esse povo. Ele merece o nosso sacrifício, o nosso desprendimento e a nossa dedicação.

Encarecendo um pronto atendimento ao pedido que ora faço, qual seja, à minha exoneração, quero, Sr. Secretário, augurar a Vossa Excelência e ao digníssimo Diretor da Polícia Civil, Dr. Levy Lima Lopes, o pleno sucesso no exercício de suas relevantes funções, em benefício de toda a coletividade paranaense.

Que Deus o ilumine, Senhor Secretário.

Respeitosamente.

José Tavares da Silva Neto".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta informar V. Exa. de que o tempo que dispunha se esgotou, e lhe concede dois minutos para concluir.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Sr. Secretário. Gostaria de tecer alguns comentários sobre essa carta, mas devo, como meu testemunho pessoal, dizer que o responsável direito e pessoal pelas amarguras e pelas injustiças sofridas por um jovem Delegado incorruptível e idealista, o Dr. José Tavares da Silva Neto, é única e exclusivamente o Governador do Paraná, Sr. Jayme Canet Júnior.

O Sr. Jayme Rodrigues Carvalho — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Osvaldo Macedo, com esta notícia esse Deputado não poderia deixar de apartear-lo. Conheci em Goioerê o Dr. Tavares, senão o único mas um dos únicos Delegados honestos deste Estado.

Lembro-me Sr. Deputado quando chegou em Goioerê o Dr. Tavares, nomeado Delegado. O Prefeito de então, Vicente Okamoto ofereceu-lhe uma casa paga para sua residência, e ele respondeu: com o ordenado que ganho, dá para eu pagar o aluguel de uma casa.

Não satisfazendo ao Prefeito Municipal daquela cidade, porque era justo, porque era honesto, porque não se corrompia, poucos dias depois o Dr. Tavares fechava na minha cidade uma boate denominada 1040, verdadeira zona de meretrício. Esta casa, esta zona, esta prostituição pertencia a um cupincha político do Prefeito.

E o Prefeito Municipal chamou o Dr. Tavares e disse: "Eu quero que voce abra a zona do meretrício; eu quero que você abra o 1040."

O Dr. Tavares disse que não abriria, que estava irregular, quase dentro da cidade, corrompendo jovens, quando o Prefeito disse, mas é um pedido e interesse político mesmo, o Dr. Tavares respondia:

Mas, eu não sou delegado de política, sou delegado de Polícia. Em 24 horas, porque não atendeu o Prefeito, é o mando político da minha cidade que queria colocar dentro da cidade uma boate, uma zona, tirava de lá o Dr. Tavares; perdeu Goioerê, talvez o mais honesto dos Delegados que pudesse passar por lá.

Dr. Tavares era honrado e é honrado, era e é capaz; era, e é honesto como poucos. Um homem com "H" maiúsculo, um exemplo que este Secretário de Segurança Pública joga à

sarjeta.

V. Exa. disse bem, se eu um dia puder terminar minha carreira como Deputado, como advogado ou como qualquer tipo de profissional e poder dizer aquilo que pode dizer hoje o Dr. Tavares, o que disse o Apóstolo Paulo: "Combati o bom combate e acabei a carreira e guardei a fé". Estarei realizado.

Obrigado, Srs. Deputados.

O Sr. Fabiano Braga Cortes — Concede um aparte, Deputado?

O SR. OSVALDO MACEDO — O Deputado Muggiati Filho pedia, pela ordem, e eu tenho o prazer de lhe conceder.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — (Fazendo soar a campainha).

A Presidência guardiã, como de resto, todos os Srs. Deputados o são, do Regimento Interno, lamenta, informar o Sr. Deputado que já se esgotou regimentalmente o tempo que lhe era concedido, como se esgotou também a prorrogação, seis minutos além do tempo.

Lamentavelmente, a Presidência...

O SR. OSVALDO MACEDO — Agradeço mais uma vez a costureira generosidade desta Presidência.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, nos seguintes termos: (Lê):

"O artigo 1º da Proposta de Emenda à Constituição Estadual número 391/77, passa a ter a seguinte redação, ficando suprimido o artigo 2º:

"Art. 1º — O parágrafo 3º do Artigo 105, Capítulo VI da Constituição do Estado do Paraná, passa a ter a seguinte redação:

§ 3º — Ressalvado o disposto na legislação federal, são condições de elegibilidade aos órgãos municipais:

I — ser brasileiro;

II — estar no exercício dos direitos políticos".

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1977.

JUSTIFICATIVA:

Será apresentada perante a Comissão Especial, por escrito.

A referida emenda será encaminhada à Comissão Especial, recebida que foi, em data de ontem, no Gabinete da Presidência.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 08/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem do Poder Executivo número 56/77 — aprova termos do convênio e termo Aditivo, de 30 e 31 de agosto de 1976, respectivamente, celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Educação e Cultura e o município de Apuracana, objetivando prestar assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por maioria e FAVORÁVEL da CF e CIP, por unanimidade. — Em regime de urgência. — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 100/74, de autoria do Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00

(Cem cruzeiros), à viúva MARIA DA CONCEIÇÃO MANO LOBO. Pareceres CONTRÁRIO da CCJ. e CF., por unanimidade. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI NÚMERO 100/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à viúva MARIA DA CONCEIÇÃO MANO LOBO, uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

Art. 2º — A despesa com a execução da presente lei correrá à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1974.

(a) ANTÔNIO COSTA

JUSTIFICATIVA:

Dona Maria da Conceição Mano Lobo durante 20 anos exerceu a Presidência da Legião Brasileira de Assistência de Joaquim Távora, dedicando-se em prol dos menos favorecidos daquela comuna.

Pelo alto sentido humano e em consonância com as exigências sociais, é de inteira justiça a concessão da pensão mensal à beneficiária. Desta forma, estar-se-á minorando sua situação financeira, que é bastante precária.

Em face de tais considerações, esperamos o devido apoio e aprovação do projeto de lei proposto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 100/74

De autoria do ex-Deputado Antônio Costa, o presente projeto de lei número 100/74, visa autorizar o Poder Executivo a conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) à viúva Maria da Conceição Mano Lobo.

Embora as intenções do autor do projeto sejam das mais meritórias, tal proposição vai de encontro às barreiras constitucionais, que prevêem que "Projetos que alterem ou aumentem a despesa pública, são de exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo".

Assim sendo, o nosso parecer é contrário ao Projeto de Lei número 100/74, por julgá-lo inconstitucional, opinando-se pela sua REJEIÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei número 100/74

Diante das razões apresentadas em parecer aprovado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças, nos manifestamos pela sua rejeição, nos reservando em apoiar a medida caso haja condições em propô-la através de SUGESTÃO ao Chefe do Poder Executivo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1977.

(aa) JOÃO FADEL — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 34/75, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que autoriza o Poder Executivo criar uma Inspeção Regional de Ensino, na sede do município de Ubatã, com jurisdição sobre os municípios de Campina da Lagoa, Nova Cantu, Boa Esperança e Nova Aurora. Pareceres CONTRÁRIOS da CCJ e CIP., por unanimidade. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI NÚMERO 34/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a criar, uma Inspeção Regional de Ensino, na sede do município de Ubatã, com jurisdição sobre o mesmo e mais os municípios de Campina da Lagoa, Nova Cantu, Boa Esperança e Nova Aurora.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1975.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

O município de Ubatã distancia-se da sede de Inspeção Regional de Campo Mourão, numa extensão de cento e seis quilômetros; e os problemas educacionais são prejudicados pela ausência constante de uma supervisão educacional.

A região a que alude este ante-projeto de lei, reclama com insistência, a instalação de uma Inspeção Regional de Ensino, e o município de Ubatã é o centro geográfico para sua sede.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 34/75

Requeiro, preliminarmente, que sobre o assunto seja ouvida a Secretaria de Educação e Cultura, pois nos parece seria temerário qualquer alteração na estrutura administrativa daquela pasta sem que o seu titular fosse ouvido.

É o requerimento.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 34/75

A matéria objetivo do presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Francisco Escorsin, vem a ser a criação de uma Inspeção Regional de Ensino, na sede do município de Ubatã.

Embora as intenções do seu autor na justificativa apresentada, demonstrem a necessidade daquela criação, barreiras constitucionais impedem a sua tramitação por esta Casa, já que, face aos dispositivos constitucionais inseridos nos Arts. 25, 35 e 47 da Carta Magna é vedada a iniciativa por esta Casa de Leis que alterem ou aumente a despesa pública.

Além desse argumento, encontramos no processo, a informação da Secretaria da Educação e Cultura, demonstrando a inviabilidade do projeto, em razão dos critérios técnico-administrativos, adotados por aquela Pasta, com referência ao assunto tratado pelo projeto de lei.

Nestas condições, o nosso parecer é CONTRÁRIO ao projeto de lei número 34/75, por julgá-lo inconstitucional, opinando-se pela sua REJEIÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

OSVALDO MACEDO — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei número 34/75

De autoria do nobre Deputado Francisco Escorsin, o presente projeto de lei número 34/75, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar uma Inspeção Regional de Ensino, na sede do município de Ubatã, com jurisdição sobre os municípios que especifica.

Sobre a matéria houve o parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, com base nas informações da Secretaria da Educação e da Cultura, anexas ao processo, bem como na argumentação da sua inconstitucionalidade, face aos Art. 25, 35 e 47 da Constituição Estadual.

No âmbito desta Comissão de Instrução Pública, queremos exaltar as intenções do autor do projeto, querendo dotar aquela região de uma Inspeção de Ensino, visando atender aos interesses do Ensino, conforme apresenta na justificativa do mesmo.

Porém, face aos argumentos da inviabilidade do projeto e a sua inconstitucionalidade, somos forçados a opinar pela sua rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 1977.

(aa) WERNER WANDERER – Presidente

AUGUSTO CARNEIRO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei número 60/75, de autoria do Deputado Lineu Mansani Turra, que inclui no Plano de Obras do Estado, para execução em caráter prioritário, a construção de um prédio de alvenaria com nove salas de aulas, no Colégio Agrícola "Getúlio Vargas", da cidade de Palmeira. Pareceres CONTRÁRIO da CCJ e CIP., e pela sua transformação em sugestão ao Poder Executivo, e FAVORÁVEL da CF., por unanimidade.

PROJETO DE LEI NÚMERO 60/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica incluído no Plano de Obras do Estado para execução em caráter prioritário, a construção de um prédio de alvenaria, com nove salas de aulas, no Colégio Agrícola "Getúlio Vargas", na cidade de Palmeira.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1975.

(a) LINEU TURRA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Agrícola "Getúlio Vargas", da cidade de Palmeira, pelas suas finalidades que é justamente a formação de técnicos agrícolas, tão carentes não só no Paraná, como no Brasil, está a merecer melhor atenção dos poderes públicos.

Não só pela importância do ensino, desde que, se sabe ser o Brasil um país, em que a agricultura ainda é predominante, e, apesar da crise que assola a administração pública, no setor educacional, felizmente, o Colégio Agrícola "Getúlio Vargas" de Palmeira, é uma das escolas que está a merecer encômios de quantos conhecem a eficiência de seu funcionamento e qualidade do ensino.

Hoje, conta esse estabelecimento com 150 alunos matriculados, entretanto, funcionando em instalações precaríssimas que até se pode dizer impossível, senão pela abnegação dos que ali trabalham e o idealismo dos seus alunos.

Para que este estabelecimento possa funcionar em condições normais e dar melhor desempenho a seu importante papel, impõe-se o atendimento do presente plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 60/75

Parecer contrário opinando-se pela sua transformação em SUGESTÃO ao Poder Executivo.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO – Presidente

IVAN RUPPEL – Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei número 60/75

Parecer favorável, visto que cabe a esta Comissão analisar o projeto quanto aos aspectos relacionados diretamente às Finanças, cabendo à Comissão de Constituição e Justiça a análise quanto a legalidade e constitucionalidade sempre polemizadas em matérias como o projeto de lei número 60/75, de autoria

do ilustre Deputado Lineu Turra.

Quanto ao mérito, o projeto é louvável, pois, objetiva melhorar as instalações de um estabelecimento de ensino edificado pelos idos de 1945 e que se apresenta em precaríssimas condições. Trata-se de uma escola agrícola, portanto, dentro da Reforma de Ensino, com prioridade por cuidar de ensino Técnico e Profissionalizante.

Quanto aos recursos, a Lei Orçamentária proporciona condições para atender a pretensão do projeto de lei, que tão somente determina a inclusão no plano de obras do Estado, a execução com prioridade, da construção de nove salas de aulas no Colégio Agrícola "Getúlio Vargas", no município de Palmeira.

A aprovação do projeto de lei saneará o descaso dos setores competentes que deixaram de incluir tão importante estabelecimento de ensino no Plano de Obras ou Recuperação de Próprios Estaduais.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de março de 1977.

(aa) JOÃO FADEL – Presidente

DEL CIEL – Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei número 60/75

Achando nobre a idéia do ilustre Deputado autor da presente matéria, considerando o parecer favorável da Comissão de Finanças que considera ser simplesmente a inclusão no Plano de Obras; porém o texto diz "Fica incluído no Plano de Obras do Estado para EXECUÇÃO EM CARÁTER PRIORITÁRIO", mesmo entendendo que não é da alçada desta Comissão julgar este aspecto da matéria, porém sempre nos compete julgar todos os aspectos que possam instruir uma matéria; somos de parecer contrário, transformando-se a matéria em sugestão ao Executivo, concordando com o parecer da CCJ.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de março de 1977.

(aa) WERNER WANDERER – Presidente

AUGUSTO CARNEIRO – Relator

– Em votação. – Rejeitado.

O SR. LINEU TURRA – (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). – Deferido.

Está em votação o projeto de lei número 60/75, com parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, e da Comissão de Instrução Pública e favorável da Comissão de Finanças. Srs. Deputados que rejeitem o projeto, queiram permanecer como estão.

– Aprovado o projeto.

O SR. GILBERTO CARVALHO – (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. LINEU TURRA – (Pela ordem). Sr. Presidente, V. Exa. já submeteu o projeto à verificação de votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO – (Pela ordem). Sr. Presidente, V. Exa. colocou em votação, para verificar somente os que aprovavam o projeto e não inquiriu quem rejeitava o projeto. Assim, peço que V. Exa. o faça agora.

O SR. PRESIDENTE – A Presidência colocará o projeto em votação de forma inversa.

Em votação o Projeto de Lei número 60/75, Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se. – (Pausa).

– Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. – (Pausa). – Aprovado o projeto.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei número 112/75, de autoria do Deputado Muggiati Filho, que incorpora aos proventos de inatividade dos funcionários aposentados em períodos anteriores a 1970, os benefícios previstos no artigo 140, item III da Lei

número 6174 de 16 de Novembro de 1970. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade.—

Projeto de Lei Número 112/75
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É extensivo aos funcionários aposentados em períodos anteriores a 1970, a incorporação aos seus proventos de inatividade, os benefícios previstos no Art. 140, item III, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1975.

(a) MUGGIATI FILHO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI NÚMERO 112/75

PARECER

Assinado pelo ilustre Deputado Muggiati Filho, o presente projeto de lei tem por objetivo estender aos aposentados anteriormente a 1970, a incorporação aos seus proventos de inatividade, os benefícios previstos no art. 140, item III, do Estatuto do Funcionário Público Civil do Estado.

O objetivo do plano de lei é altamente meritório, muito embora os aposentados anteriormente a 1970 já gozarem de tal benefício.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16 de março de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI NÚMERO 112/75

PARECER

O presente plano de lei apresentado pelo ilustrado Deputado Muggiati Filho, objetivando estender aos aposentados nos anos que precedem à 1970, a incorporação nos seus proventos de inativos, as vantagens previstas no Art. 140, item III, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, é de alto alcance humano.

Em face do elevado teor de justiça do mesmo, nossa opinião é a de que o presente projeto de lei deve ser apoiado e aprovado, mesmo que venha envolver aumento de despesa pública, pois, tal acréscimo de despesa, será aplicado como forma de reconhecimento aos relevantes serviços prestados pelos funcionários públicos civis do Estado, aposentados anteriormente à lei que lhes garanta tais vantagens quando da assinatura do ato que os tornou funcionários públicos civis do Estado na condição de inativos.

Este é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1977.

(aa) João Fadel, Presidente; Gabriel Sampaio, Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI NÚMERO 112/75

PARECER

Trazer os benefícios do art. 140, item III, da Lei 6174 a funcionários inativos do Estado que não usufruem dos benefícios daquele Diploma Legal e altamente humano e meritório, pois o Estado tem por obrigação carrear com justiça e equidade amparo a todos os seus Servidores, e na época em que vivemos onde a meta é o homem, não é possível que uma plêiade de antigos servidores que deram tudo de si ao Poder Público, não venham a beneficiar-se daquela lei.

Acreditamos ser muito reduzido o número de pessoas a serem atendidos, quando deram tudo de si nos cargos de Chefia e Assessoramento, em benefício da administração pública para a grandeza e desenvolvimento do Estado do Paraná.

O Legislador teve aqui o ideal de justiça, equidade e de

sanador das distorções que a legislação porventura possa trazer a pessoas que tiveram as mesmas obrigações e não usufruem dos mesmos direitos.

Nosso parecer, pois, é Favorável.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1977

(aa) Nelson Buffara, Presidente; Wilson Fortes, Relator.

O SR. ACCIOLY NETO — Pela Ordem Sr. Presidente, eu desejava que a Mesa solicitasse ao eminente Sr. Deputado relator desse projeto, que esclarecesse exatamente o que pretendeu dizer em seu parecer, segundo o qual o objetivo do plano de lei é altamente meritório muito embora os aposentados de 1970, já gozarem o tal benefício. O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência poderá, para facilitar, ler o parecer do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, que na Comissão de Constituição e Justiça, relatou favoravelmente o Projeto de Lei número 112/75.

“Assinado pelo Deputado Muggiati Filho, o presente projeto de lei tem por objetivo estender aos aposentados anteriormente a 1970, a incorporação a seus proventos de inatividade, dos benefícios previstos no art. 140, item III, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

O objetivo do projeto de lei é altamente meritório, muito embora os aposentados anteriormente a 1970 já gozarem de tal benefício. O parecer é favorável”.

A Presidência não pode, absolutamente, interpelar o Deputado relator, a não ser que S. Exa. o Deputado Gilberto Carvalho fale no encaminhamento da votação, a Presidência não pode, regimentalmente, solicitar de S. Exa. qualquer pronunciamento a respeito, desde que o fez por escrito quando da reunião da Comissão Técnica.

O SR. ACCIOLY NETO — Pela Ordem Sr. Presidente, este projeto está em 1.ª discussão. Logo se discute seus aspectos constitucionais e legais.

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é favorável. No entanto o eminente relator faz ver que os benefícios que se pretende estender aos funcionários aposentados anteriormente à lei 6174, já estão deles usufruindo.

Portanto, está me parecendo — “data vênica”, do ilustre subscritor do parecer e também do eminente autor do projeto, que não há nenhuma razão para a Assembléia aprovar o projeto, se tais benefícios já estão sendo usufruídos pelos funcionários aposentados.

Pelo menos é o que está claro no parecer. Porisso solicitei de V. Exa., não que interpelasse, mas que pedisse ao eminente relator que explicasse o que quis dizer, para orientação a votação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência não pode questionar a validade do parecer de uma Comissão Técnica, razão pela qual coloca em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela Ordem Sr. Presidente, como o projeto está em 1.ª discussão, falarei amanhã no encaminhamento de votação, porquanto fui apanhado de surpresa e estou procurando o projeto para analisar.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pela ordem Sr. Presidente, o projeto esclarece, em sua justificativa, que o art. 140, inciso III contempla, para efeito de aposentadoria, “o funcionário que tenha exercido, por um período não inferior a cinco anos, ininterruptos ou não, um ou mais cargos em comissão ou funções gratificadas, com as vantagens do cargo em comissão ou função gratificada do nível mais elevado, desde que esse cargo ou função tenha sido exercido por um mínimo de doze meses”.

A questão de ordem levantada pelo Deputado Accioly Neto é uma hipótese.

Quer nos parecer, data vênica o respeito que nos merece S. Exa., como qualquer membro deste Poder, que se encontram-

do a matéria em 1.ª discussão e havendo dúvidas por parte de S. Exa., melhor ficaria para todos nós que, em vez de suscitar uma dúvida, S. Exa. nos apresentasse, na próxima discussão, os argumentos que concretamente tenha sobre a matéria, aos quais não regatearemos o melhor de nossa atenção.

Entendo, portanto, que, salvo a existência de um projeto desse mesmo teor, até posteriormente a esse de 1975, tivesse passado pela Casa sem que o Regimento Interno tivesse determinado que se unissem os projetos que têm analogia.

Apelo ao nobre Deputado que traga os elementos que tiver em relação ao processo, sejam eles contra ou a favor. Acho que não podemos ficar constantemente interpelando, através de indagações, criando, dessa forma, dúvidas em torno do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – A Presidência entende que, na questão de ordem, o ilustre Deputado autor do projeto, corrobora com o pensamento do Relator da matéria, na CCJ., pretendendo no turno de 2.ª discussão e votação, apresentar o arrazoado que poderá, por certo, esclarecer as dúvidas que povoam a inteligência do nobre Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO – Pela ordem. Acho que o nobre Deputado autor do projeto não entendeu o que disse, como também V. Exa. também não deve ter entendido. Devo falar mais claro. É que o Parecer - não o projeto - diz que os aposentados já gozam os benefícios que o projeto pretende estender aos aposentados.

Ora, se eles já gozam desses benefícios, não faz sentido esse projeto, a não ser que já tenha passado um projeto nesse sentido, posterior a 1970. Cheguei aqui em 1974.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – A Presidência permite-se tão somente entrar na discussão, embora não possa fazê-lo.

Pretende o autor da proposição que se estenda os benefícios da Lei 6174, aos servidores aposentados antes da vigência dessa lei. O que faltou ao eminente Deputado Relator foi citar a lei que estendeu os benefícios aos servidores aposentados antes da vigência dessa lei.

S. Exa. o nobre Deputado Gilberto Carvalho ficou de, na sessão de amanhã trazer os esclarecimentos necessários que, por certo, poderão ainda validar, ou não, esse projeto.

O SR. ACCIOLY NETO – Pela ordem Sr. Presidente. O Parecer não é a favor, nem contrário. S. Exa. diz que recebe o projeto e, logo em seguida, que o Parecer é favorável.

Logo, o Governador vai vetá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Não cabe à Mesa questionar. A Mesa tão somente coloca em votação, antes, porém, concede a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO – Pela ordem Sr. Presidente. Parece-me que ouvi de V. Exa. que eu teria me proposto a trazer o esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Absolutamente. O Sr. Relator é que, numa questão de ordem, afirmou que em 2.ª discussão haverá de trazer os elementos, através dos quais justificará a afirmação de que o plano de lei é altamente meritório, muito embora os aposentados anteriormente a 1970 já gozem desses benefícios. Parece que o nobre Deputado quis dizer, com isso, que a matéria é redundante.

Todavia, pretende o Sr. Deputado Gilberto Carvalho, trazer os esclarecimentos amanhã.

O SR. MUGGIATI FILHO – Pela ordem. Agradeço os esclarecimentos.

Apenas gostaria de registrar que o parecer do eminente Deputado Gilberto Carvalho não vai ser objeto de sanção. Para sanção subirá exclusivamente o projeto, o autógrafo

da Assembléia Legislativa. Acredito que o Parecer do nobre Deputado Relator, se é favorável à matéria é porque S. Exa. está convencido de sua necessidade. Se desnecessário fosse não traduziria em lei. Pode ser que S. Exa. tenha visto, tenha enxergado, talvez até parcialmente, ou por outros meios que se entendam legais, ou regimentais, o seu pronunciamento favorável ao projeto.

Por isso, agradeço a V. Exa. as explicações, bem como os esclarecimentos do nobre Deputado Accioly Neto.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Em votação o projeto.
Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei 156/75, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que cria no Município de Telêmaco Borba, o Distrito Administrativo de Imbaú, com divisas constantes da Lei Municipal número 58, de 16 de agosto de 1966. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. – Aprovado.

PROJETO DE LEI NÚMERO 156/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica criado, no Município de Telêmaco Borba, o Distrito Administrativo de Imbaú, com divisas constantes da Lei Municipal número 58, de 16 de agosto de 1966.

Art. 2.º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1975.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ.

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Imbaú, no Município de Telêmaco Borba, vem apresentando nos últimos anos, um grande desenvolvimento, comportando plenamente a sua elevação à categoria de Distrito.

Os dados relativos ao Distrito de Imbaú, encaminhado pela Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, que anexamos ao presente, nos dão conta de que estão preenchidas todas as exigências legais para a sua criação.

Nestas condições, é que apresentamos o presente projeto de lei, que temos a certeza, contará com o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis, e que representa o anseio da população local.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI NÚMERO 156/75

PARECER

1. O nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes com o presente projeto objetiva a criação no Município de Telêmaco Borba, do Distrito Administrativo de Imbaú, com divisas constantes na Lei Municipal número 58, de 16 de agosto de 1966.

2. Através de diligências solicitadas por esta Comissão, foram sanadas as irregularidades constantes no projeto, adequando-o aos requisitos estabelecidos no Art. 90., da Lei Complementar número 2, de 18 de junho de 1973 (Lei Orgânica dos Municípios), e,

3. Sendo certo, que tanto a Lei Complementar número 1 de 09 de novembro de 1967, como o Ato Complementar número 46 só se aplicam na criação de município está o presente projeto em condições de receber a aprovação desta Comissão.

Pela aprovação, é o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Osvaldo Macedo, Relator.

1.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução 176/75, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, ex-Proposição 144/77, aprova as contas prestadas pelo Governo do Estado,

referentes ao exercício financeiro de 1973. Pareceres FAVORÁVEIS da C.T.C. e C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 176/75
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovadas as contas do exercício financeiro e orçamentário de 1973, prestadas pelo Governador do Estado.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de julho de 1974.

(aa) Francisco Escorsin, Presidente; Basílio Zanusso, Relator.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO NÚMERO 144/74

P A R E C E R

Por intermédio do Tribunal de Contas, chegam a esta Casa as contas, relativas do exercício econômico e financeiro do Poder Executivo, referentes a 1973, para os fins de julgamento final dos representantes do povo.

O parecer prévio, adotado por unanimidade naquela Corte de Contas, concluindo "que as contas do Governo do Estado, do exercício financeiro de 1973, está em condições de merecer aprovação", induz-nos a aceitá-las, como tecnicamente hábeis a merecer o julgamento político do egrégio plenário deste Poder.

Nestas condições, opino pela aprovação da matéria, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 1977.

(aa) Francisco Escorsin, Presidente; Basílio Zanusso, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 176/75

P A R E C E R

O presente projeto de resolução é originário da Proposição 144/74, que distribuído à Comissão de Tomada de Contas, houve por bem, examinando detalhadamente a matéria, opinar pela sua aprovação na forma do projeto de resolução, que autuado, tomou o número 176/75.

Quer nos parecer, que com essa decisão aprovada, estaria encerrado qualquer novo exame por parte de outra Comissão, principalmente por essa Comissão, já que, o Regimento Interno é preciso quando no seu Art. 46, Cap. V - Das Comissões - Seção III - Das Atribuições, estabelece:

"Art. 46 — A Comissão de Constituição e Justiça compete manifestar-se sobre todos os assuntos, quanto ao seu aspecto constitucional, jurídico ou legal, apreciando a conveniência dos projetos submetidos ao seu estudo, quando ainda não examinados por outra Comissão".

Assim sendo, tal matéria deveria ser encaminhada a esta Comissão anteriormente ao seu exame pela douta Comissão de Tomada de Contas.

Nestas condições, opinamos pelo envio do projeto de resolução à Mesa, a fim de ser apreciado pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 11/77, de autoria da CCJ, Mensagem do Poder Executivo 03/77, ex-Proposição 164/77, aprova o Termo de Re-Ratificação ao convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, com o Município de Colorado, objetivando a execução de Obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 11/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de re-ratificação datado de 25 de janeiro de 1977, ao Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, pelo Governo do Estado do Paraná, com o Município de COLORADO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Luiz Alberto Oliveria, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO NÚMERO 164/77.

P A R E C E R

1. Com a Mensagem 03/77, o Senhor Governador do Estado, encaminha a esta Assembléia, para os fins constitucionais, termo de re-ratificação datado de 25 de janeiro de 1977, ao convênio celebrado em 29 de junho de 1976, pelo Governo do Estado do Paraná, com o Município de COLORADO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

2. É da competência do Governador do Estado celebrar convênios com a União, com os Estados e com os Municípios, ad-referendum de Assembléia Legislativa (inciso IX, do Art. 47, da Constituição Estadual).

3. Quanto ao mérito, verificamos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do Município citado.

4. Nestas condições, o nosso parecer é pela aprovação da Mensagem, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 6 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 11/77

P A R E C E R

O presente projeto de resolução, tem por finalidade o referendo desta Assembléia ao convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o Município de Colorado.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quando à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1977.

(aa) João Fadel, Presidente; Gabriel Sampaio, Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E
COMUNICAÇÕES

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 11/77

P A R E C E R

1. Com base no art. 47, inciso IX, da Constituição Estadual, o Senhor Chefe do Poder Executivo encaminhou para apreciação da Mesa, convênio celebrado com pessoa jurídica de Direito Público Municipal.

2. Quanto aos aspectos legal e financeiro, as duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, opinaram favoravelmente.

3. Quanto à competência desta Comissão para opinar, verificamos que a matéria contida na presente proposição está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

4. Somos pois, pela aprovação.

É O PARECER.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1977.

(aa) Fuad Nacli, Presidente e Relator.

1a. DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução 13/77, de autoria da CCJ, Mensagem do Poder Executivo 14/77, ex-Proposição 175/77, aprova o termo de Re-ratificação ao convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná com o Município de Tuneira do Oeste, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., C. e COPTC, por unanimidade.—Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 13/77
 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de re-ratificação de 27 de janeiro de 1977, ao Convênio celebrado em 09 de junho de 1976, pelo Governo do Estado do Paraná, com o Município de TUNEIRAS DO OESTE, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO NÚMERO 175/77

PARECER

1. Com a Mensagem 14/77, o Senhor Governador do Estado encaminha a esta Assembléia, para os fins constitucionais, o termo de re-ratificação datado de 27 de janeiro de 1977, ao convênio celebrado em 09 de junho de 1976, pelo Governo do Estado do Paraná, com o Município de TUNEIRA DO OESTE, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana na sede do referido município.

2. É da competência do Governador do Estado celebrar convênios com a União, com os Estados e com os Municípios ad-referendum da Assembléia Legislativa (inciso IX, do Art. 47, da Constituição Estadual).

3. Quanto ao mérito, verificamos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do Município citado.

4. Nessas condições, o nosso parecer é pela aprovação da Mensagem, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 06 de abril de 1977

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 13/77

PARECER

Entendo que o apenso projeto de resolução é de atribuição exclusiva do Poder Executivo, e tendo em vista o benefício que se propõe para o Estado e o Município que especifica. Esta Comissão nada tem a opor ou acrescentar quanto a sua apreciação.

Este é o nosso Parecer salvo melhor Juízo.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1977.

(aa) João Fadel, Presidente; Lúcio Machado, Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COLINIZAÇÃO
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 13/77

PARECER

1. Com base no art. 47, inciso IX, da Constituição Estadual, o Senhor Chefe do Poder Executivo encaminhou para apreciação da Casa, convênio celebrado com pessoa jurídica de Direito

Público Municipal.

2. Quanto aos aspectos legal e financeiro, as Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, opinaram favoravelmente.

3. Quanto à competência das Comissões para apreciar, verificamos que a matéria contida na presente proposição em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

4. Somos pois, pela aprovação.

É O PARECER.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1977.

(aa) Jurandir Messias, Presidente; Alfredo Gulin, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 16/77, de autoria da CCJ, Mensagem do Poder Executivo 53/77, ex-Proposição 261/77, aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de PAISSANDU, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Dr. Prudente de Moraes, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF. e COPTC., por unanimidade.—Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 16/77
 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 14 de outubro de 1976, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o Município de PAISSANDU, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Dr. Prudente de Moraes, na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO NÚMERO 261/77

PARECER

1. Com a Mensagem 53/77, o Senhor Governador encaminha a esta Assembléia, para os fins constitucionais, o Termo de convênio celebrado em 14 de outubro de 1976, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município de PAISSANDU, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais.

2. É da competência do Governador do Estado celebrar convênios com a União, com os Estados e com os Municípios ad-referendum da Assembléia Legislativa (inciso IX, do Art. 47, da Constituição Estadual).

3. Quanto ao mérito, verificamos que o citado convênio apenas atende aos interesses do Estado e do Município citado.

4. Nessas condições, o nosso parecer é pela aprovação da Mensagem, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 06 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 16/77

PARECER

O presente projeto da resolução, tem por finalidade o referendo desta Assembléia ao Convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o Município de PAISSANDU.

A douda Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quando à competência desta Comissão de Finanças

para opinar, restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1977.

(aa) João Fadel, Presidente; Edilson Alencar, Relator.

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 16/77**

PARECER

1. Com base no artigo 47, inciso IX, da Constituição Estadual, o Senhor Chefe do Poder Executivo encaminhou para apreciação da Casa, convênio celebrado com pessoa jurídica de Direito Público Municipal.

2. Quanto aos aspectos legal e financeiro, as duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, opinaram favoravelmente.

3. Quanto à competência desta Comissão para opinar, verificamos que a matéria contida na presente proposição está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

4. Somos, pois, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1977.

(aa) Fuad Nacli, Presidente; Valter Pietrângelo, Relator.

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 17/77, de autoria da CCJ, Mensagem 56/77, ex-Proposição 115/77, aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de ANDIRÁ, para Assistência Técnica ao Ensino de 1.º grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIP, por unanimidade. - Aprovado.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 17/77
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 31 de agosto de 1976, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e da Cultura, com o Município de ANDIRÁ, para assistência técnica e financeira ao ensino de 1.º grau.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 1977.

(aa) Dácio Leonel, Presidente e Relator.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO NÚMERO 115/77**

PARECER

1. Com a Mensagem número 56/77, o Senhor Governador do Estado encaminha a esta Assembléia, para os fins constitucionais, o termo de convênio celebrado em 31 de agosto de 1976, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e da Cultura, com o Município de Andirá, objetivando melhoria ao ensino de 1.º grau.

2. É da competência do Governador do Estado celebrar convênios com a União, com os Estados e com os Municípios, ad-referendum da Assembléia Legislativa (inciso IX, do Art. 47, da Constituição Estadual).

3. Quanto ao mérito, verificamos que o citado convênio atende os interesses do Estado e do Município citado.

4. Nessas condições, o nosso parecer é pela aprovação da Mensagem, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 17/77

PARECER

O presente projeto de resolução, tem por finalidade, o referendo desta Assembléia ao Convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o Município de ANDIRÁ.

A dunta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Finanças para opinar, rescrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 02 de maio de 1977.

(aa) João Fadel, Presidente; Gabriel Manoel, Relator.

**COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 17/77**

PARECER

O projeto de resolução em tela, visa o referendo desta Assembléia ao termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Andirá, com base no Art. 47, inciso IX da Constituição Estadual.

Sobre a matéria já houve o pronunciamento favorável das duntas Comissões as Constituições e Justiça e Finanças.

Quanto à apreciação por esta Comissão de Instrução Pública temos que a matéria objeto do convênio celebrado, atende aos altos interesses de Educação em nosso Estado, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1977.

(aa) Werner Wanderer, Presidente; Gabriel Sampaio, Relator.

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 18/77, de autoria da CCJ, Mensagem 56/77, ex-Proposição 120/77, aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de ASSAÍ, para Assistência Técnica e Financeira, tendo em vista melhoria da Rede Municipal de Ensino de 1.º Grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF. e CIP., por unanimidade. - Aprovado.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 18/77
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 29 de setembro de 1976, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, com o Município de ASSAÍ, para assistência técnica e financeira, tendo em vista melhoria da rede municipal de ensino de 1.º grau.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO NÚMERO 120/77**

PARECER

1. Com a Mensagem número 56/77, o Senhor Governador do Estado encaminha a esta Assembléia, para os fins constitucionais, o termo de convênio celebrado em 29 de setembro de 1976, pelo governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e da Cultura, com o Município de ASSAÍ, para assistência técnica e financeira, tendo em vista melhoria da rede municipal de ensino de 1.º grau.

2. É da competência do Governador do Estado celebrar

convênios com a União, com os Estados e com os municípios, "ad-referendum" da Assembléia Legislativa (inciso IX, do Art. 47, da Constituição Estadual).

3. Quanto ao mérito, verificamos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do Município citado.

4. Nessas condições, o nosso parecer é pela aprovação da Mensagem, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO – Presidente

FABIANO BRAGA CORTES – Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Resolução número 18/77

O presente projeto de resolução, tem por finalidade o referendo desta Assembléia ao convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o município de Assaí.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria opinou favoravelmente, arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1977.

(aa) JOÃO FADEL – Presidente

GABRIEL MANOEL – Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Resolução número 18/77

O presente projeto de resolução, tem por finalidade o referendo desta Assembléia ao convênio celebrado nos termos do art. 47, inciso IX, da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o município de Assaí.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria, opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Instrução Pública para opinar, restrita ao aspecto concernente à educação, à cultura e à instrução pública e particular, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1977.

(aa) WERNER WANDERER – Presidente

AUGUSTO CARNEIRO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução número 20/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 122/77 – aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o município de Bandeirantes, para assistência técnica e financeira ao Ensino de Primeiro Grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., CIP., por unanimidade. – Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 20/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 2º – Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 29 de setembro de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e da Cultura, com o município de Bandeirantes, para assistência técnica e financeira ao ensino de primeiro grau.

Art. 2º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO – Presidente

DÁCIO LEONEL – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 122/77

1 – Com a Mensagem número 53/77, o Senhor Governador do Estado encaminha a esta Assembléia, para os fins constitucionais, o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Bandeirantes, visando Assistência Técnica e Financeira ao Ensino de Primeiro Grau.

2 – É da competência do Governador do Estado celebrar convênios com a União, com os Estados e com os Municípios, "ad-referendum" da Assembléia Legislativa (inciso IX, do Art. 47, da Constituição Estadual).

3 – Quanto ao mérito, verificamos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do município citado.

4 – Nessas condições, o nosso parecer é pela aprovação da Mensagem, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 20 de maio de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO – Presidente

DÁCIO LEONEL – Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Resolução número 20/77

O presente projeto de resolução, tem por finalidade o referendo desta Assembléia ao convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o município de Bandeirantes.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1977.

(aa) JOÃO FADEL – Presidente

GABRIEL MANOEL – Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Resolução número 20/77

O projeto de resolução em tela, visa o referendo desta Assembléia Legislativa, ao termo de convênio celebrado, com base no Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o município de Bandeirantes.

Sobre a matéria há houve o pronunciamento das duntas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, opinando favoravelmente.

Quanto à apreciação por esta Comissão de Instrução Pública, temos que a matéria, objeto do convênio celebrado, atende aos interesses da Educação em nosso Estado, razão pela qual opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de maio de 1977.

(aa) WERNER WANDERER – Presidente

EDILSON ALENCAR – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução número 22/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 127/77 – aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o município de Cascavel, objetivando Assistência Técnica e Financeira à melhoria da Rede Municipal de Ensino de primeiro grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. – Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 22/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 27/09/76, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o município de Cascavel, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 127/77

Acompanhado da Mensagem Governamental número 56/77, de 09/03/77, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 27/09/76, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o município de Cascavel, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau.

Cumprido, o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União, com os Estados e com os municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Resolução número 22/77

O presente projeto de resolução, tem por finalidade o referendo desta Assembléia ao convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o município de Cascavel.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1977.

(aa) JOÃO FADEL — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Resolução número 22/77

O projeto de resolução em tela, visa o referendo desta Assembléia Legislativa, ao termo de convênio celebrado, com base no Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o município de Cascavel.

Sobre a matéria há houve o pronunciamento das doudas comissões de Constituição e Justiça e Finanças, opinando favoravelmente.

Quanto à apreciação por esta Comissão de Instrução Pública, temos que a matéria, objeto do convênio celebrado, atende aos interesses da Educação em nosso Estado, razão pela qual opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de maio de 1977.

(aa) WERNER WANDERER — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 24/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 129/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o município de Cianorte, objetivando Assistência Técnica e Financeira, à melhoria da Rede Municipal de Ensino de Primeiro Grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF., e CIP., por unanimidade. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 24/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 30/08/76, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o município de Cianorte, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 129/77

Acompanhado da Mensagem Governamental número 56/77, de 09/03/77, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 30/08/76, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o município de Cianorte, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e município, para assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau.

Cumprido, o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União, com os Estados e com os Municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Resolução número 24/77

O presente projeto de resolução, tem por finalidade o referendo desta Assembléia ao convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o município de Cianorte.

A douda Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria, opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo, na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação, é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1977.

(aa) JOÃO FADEL — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Resolução número 24/77

O projeto de resolução em tela, visa o referendo desta Assembléia Legislativa, ao termo de convênio celebrado, com base no Art. 47, inciso IX, da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o município de Cianorte.

Sobre a matéria já houve o pronunciamento das doudas comissões de Constituição e Justiça e Finanças, opinando favoravelmente.

Quanto à apreciação por esta Comissão de Instrução Pública, temos que a matéria, objeto do convênio celebrado, atende aos interesses da Educação em nosso Estado, razão pela qual opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de maio de 1977.

(aa) WERNER WANDERER – Presidente

EDILSON ALENCAR – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução número 26/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 132/77 – aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o município de Foz do Iguaçu, objetivando Assistência Técnica e Financeira à melhoria da Rede Municipal de Ensino de Primeiro Grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. – Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 26/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º – Fica aprovado o convênio celebrado em 28/09/76, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Foz do Iguaçu, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau.

Art. 2º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO – Presidente

FABIANO BRAGA CORTES – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 132/77

Acompanhado da Mensagem Governamental número 56/77, de 09/03/77, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 28/09/76, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Foz do Iguaçu, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau.

Cumpre, o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União, com os Estados e com os Municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo - Presidente; Fabiano Braga Cortes - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Resolução número 26/77

O presente projeto de resolução, tem por finalidade o refe-

rendo desta Assembléia ao convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o município de Foz do Iguaçu.

A douda Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria, opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1977.

(aa) JOÃO FADEL – Presidente

LÚCIO MACHADO – Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Resolução número 26/77

O projeto de resolução em tela, visa o referendo desta Assembléia Legislativa, ao termo de convênio celebrado, com base no Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o município de Foz do Iguaçu.

Sobre a matéria já houve o pronunciamento da doudas comissões de Constituição e Justiça e Finanças, opinando favoravelmente.

Quanto à apreciação por esta Comissão de Instrução Pública, temos que a matéria, objeto do convênio celebrado, atende aos interesses da Educação em nosso Estado, razão pela qual opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de maio de 1977.

(aa) WERNER WANDERER – Presidente

AUGUSTO CARNEIRO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução número 30/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 138/77 – aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o município de Ibiaporá, objetivando Assistência Técnica e Financeira, à melhoria da Rede Municipal de Ensino de Primeiro Grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. – Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 30/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º – Fica aprovado o convênio celebrado em 30/08/76, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o município de Ibiaporá, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau.

Art. 2º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO – Presidente

WALDENÍCIO BARBALHO – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 138/77

Acompanhado da Mensagem Governamental número 56/77, de 09/03/77, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 30/08/76, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o município de Ibiaporá, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau.

Cumpra, o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União, com os Estados e com os municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO – Presidente
WALDENÍO BARBALHO – Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Resolução número 30/77

O presente projeto de resolução, tem por finalidade, o referendo desta Assembléia ao convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o município de Ibiaporá.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação, é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1977.

(aa) JOÃO FADEL – Presidente
DEL CIEL – Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Resolução número 30/77

O projeto de resolução em tela, visa o referendo desta Assembléia Legislativa, ao termo de convênio celebrado, com base no Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o município de Ibiaporá.

Sobre a matéria já houve o pronunciamento das doutas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, opinando favoravelmente.

Quanto à apreciação por esta Comissão de Instrução Pública, temos que a matéria, objeto do convênio celebrado, atende aos interesses da Educação em nosso Estado, razão pela qual opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de maio de 1977.

(aa) WERNER WANDERER – Presidente
EDILSON ALENCAR – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução número 31/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 146/77 – aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o município de Marialva, objetivando Assistência Técnica e Financeira, à melhoria da Rede Municipal de Ensino de Primeiro Grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. – Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 31/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º – Fica aprovado o convênio celebrado em 01/09/76, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Marialva, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau.

Art. 2º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO – Presidente
DÁCIO LEONEL – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 146/77

Acompanhado da Mensagem Governamental número 56/77, de 09/03/77, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 01/09/76, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Marialva, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau.

Cumpra, o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União, com os Estados e com os municípios necessitam de aprovação da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO – Presidente
DÁCIO LEONEL – Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Resolução número 31/77

O presente projeto de resolução, tem por finalidade o referendo desta Assembléia ao convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o município de Marialva.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1977.

(aa) JOÃO FADEL – Presidente
DEL CIEL – Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Resolução número 31/77

O projeto de resolução em tela, visa o referendo desta Assembléia Legislativa, ao termo de convênio celebrado, com base no Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o município de Marialva.

Sobre a matéria já houve o pronunciamento das doutas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, opinando favoravelmente.

Quanto à apreciação por esta Comissão de Instrução Pública, temos que a matéria, objeto do convênio celebrado atende aos interesses da Educação em nosso Estado, razão pela qual opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de maio de 1977.

(aa) WERNER WANDERER – Presidente
EDILSON ALENCAR – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução número 34/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 149/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o município de Paranaguá, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede Municipal de

Ensino de primeiro grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF., e CIP., por unanimidade. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 34/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 02/09/76, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o município de Paranaguá, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

FABIANO BRAGA CORTES — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 149/77

Acompanhado da Mensagem Governamental número 56/77, de 09/03/77, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 02/09/76, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o município de Paranaguá, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau.

Cumprido, o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União, com os Estados e com os municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

FABIANO BRAGA CORTES — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Resolução número 34/77

O presente projeto de resolução, tem por finalidade o referendo desta Assembléia ao convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o município de Paranaguá.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1977.

(aa) JOÃO FADEL — Presidente

DEL CIEL — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Resolução número 34/77

O projeto de resolução em tela, visa o referendo desta Assembléia Legislativa, ao termo de convênio celebrado, com base no Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o município de Paranaguá.

Sobre a matéria já houve o pronunciamento das duntas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, opinando favoravelmente.

Quanto à apreciação por esta Comissão de Instrução Públi-

ca, temos que a matéria, objeto do convênio celebrado, atende aos interesses da Educação em nosso Estado, razão pela qual opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de maio de 1977.

(aa) WERNER WANDERER — Presidente

EDILSON ALENCAR — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 35/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 162/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o município de União da Vitória, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede Municipal de Ensino de primeiro grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF., e CIP., por unanimidade. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 35/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 01/09/76, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de União da Vitória, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 162/77

Acompanhado da Mensagem Governamental número 56/77, de 09/03/77, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 01/09/76, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o município de União da Vitória, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau.

Cumprido, o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União, com os Estados e com os municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Resolução número 35/77

O presente projeto de resolução, tem por finalidade o referendo desta Assembléia ao convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o município de União da Vitória.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria opinou favoravelmente, arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1977.

(aa) João Fadel, Presidente; Gabriel Manoel, Relator.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA.
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 35/77

P A R E C E R

O projeto de resolução em tela, visa o referendo desta Assembleia Legislativa ao termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de União da Vitória, com base no Art. 47, inciso IX da Constituição Estadual.

Sobre a matéria já houve o pronunciamento favorável das duntas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

Quanto à apreciação por esta Comissão de Instrução Pública, temos que a matéria, objeto do convênio celebrado, atende aos altos interesses da Educação em nosso Estado, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1977.

(aa) Werner Wanderer, Presidente; Gabriel Sampaio, Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução 48/77, de autoria da CCJ, Mensagem 22/77, ex-Proposição 183/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade. – Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 48/77

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º – Fica aprovado o convênio celebrado em 26 de janeiro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Accioly Neto, Presidente; ezequias Losso, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO NÚMERO 183/77

P A R E C E R

Acompanhado da Mensagem Governamental 22/77, de 4/3/77, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 26 de janeiro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Cumpre, o Senhor Governador, desta forma determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União, com os Estados e com os municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 48/77

P A R E C E R

O presente projeto de resolução, tem por finalidade o referendo desta Assembleia ao convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Gover-

no do Estado e o Município de Santa Cruz do Monte Castelo.

A dunta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria, opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembleia.

Quanto à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembleia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1977.

(aa) João Fadel, Presidente; Edilson Alencar, Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 48/77

P A R E C E R

1. Com base no art. 47, inciso IX, da Constituição Estadual, o Senhor Chefe do Poder Executivo encaminhou para apreciação da Casa, convênio celebrado com pessoa jurídica de Direito Público Municipal.

2. Quanto aos aspectos, legal e financeiro as duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, opinaram favoravelmente.

3. Quanto à competência desta Comissão para opinar, verificamos que a matéria contida na presente proposição está em condições de merecer a aprovação desta Assembleia.

4. Somos, pois, pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1977.

(aa) Fuad Nacli, Presidente e Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução 51/77, de autoria da CCJ, Mensagem 50/77, ex-Proposição 196/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de São Miguel do Oeste, destinado a implementação do Projeto LOGOS II – habilitação de Professores não titulados, conforme específica. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIP, por inanimidade. – Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 51/77

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º – Fica aprovado o Acordo Plurianual celebrado em 25/06/76, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de São Miguel do Iguaçu, para operacionalização de ação conjunta de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do magistério nas quatro primeiras séries do 1.º grau.

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO NÚMERO 196/77

P A R E C E R

Acompanhado da Mensagem Governamental 50/77, de 4/3/77, é encaminhado à apreciação desta Casa, Acordo Plurianual celebrado em 25/6/76, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de São Miguel do Iguaçu, para operacionalização de ação conjunta na implementação do Projeto LOGOS II – Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do magistério nas quatro primeiras séries de 1.º grau.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União, com os Estados e com os Municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(a) Paulo Camargo, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 51/77

PARECER

O presente projeto de resolução, tem por finalidade o referendo desta Assembléia ao convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o Município de São Miguel do Iguaçu.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1977.

(aa) João Fadel, Presidente; Gabriel Manoel, Relator.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA PROJETO DE RESOLUÇÃO 51/77.

PARECER

O presente projeto de resolução tem por finalidade o referendo desta Assembléia, ao convênio celebrado nos termos do art. 47, inciso IX, da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o Município de São Miguel do Iguaçu.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria, opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Instrução Pública para opinar, restrita ao aspecto concernente à educação, à cultura e à instrução pública e particular, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Casa.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1977.

(a) Werner Wanderer, Presidente; Augusto Carneiro, Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução 53/77, de autoria da CCJ, Mensagem 50/77, ex-Proposição 198/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Foz do Iguaçu, destinado a implementação do Projeto LOGOS II – habilitação de Professores não titulados, conforme específica. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIP, por unanimidade. – Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 53/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º – Fica aprovado o Acordo Plurianual celebrado em 25/06/76, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Foz do Iguaçu, para operacionalização de ação conjunta na implementação do Projeto LOGOS II – Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do magistério

nas quatro primeiras séries de 1.º grau.

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(a) Paulo Camargo, Presidente; Fabiano Braga Côrtes, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO NÚMERO 198/77

PARECER

Acompanhado da Mensagem Governamental 50/77, de 04.03.77, é encaminhado à apreciação desta Casa, Acordo Plurianual celebrado em 25.06.76, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de Foz do Iguaçu, para operacionalização de ação do Projeto LOGOS II – Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do magistério nas quatro primeiras séries de 1.º grau.

Cumpra, o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União, com os Estados e com os Municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Fabiano Braga Côrtes, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 53/77

PARECER

O presente projeto de resolução, tem por finalidade o referendo desta Assembléia ao convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o Município de Foz do Iguaçu.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1977.

(aa) João Fadel, Presidente, Del Ciel, Relator.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 53/77

PARECER

O projeto de resolução em tela, visa o referendo desta Assembléia Legislativa, ao termo de convênio celebrado, com base no Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o Município de Foz do Iguaçu.

Sobre a matéria já houve o pronunciamento das ditas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, opinando favoravelmente.

Quanto à apreciação por esta Comissão de Instrução Pública, temos que a matéria, objeto do convênio celebrado, atende aos interesses da Educação em nosso Estado, razão pela qual opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de maio de 1977.

(aa) Werner Wanderer, Presidente; Augusto Carneiro, Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução 55/77, de autoria da CCJ, Mensagem 50/77, ex-Proposição 203/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de

ANTONINA, destinado a implementação do Projeto LOGOS II – Habilitação de professores conforme específica. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIP, por unanimidade. – Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 55/77
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

R E S O L V E:

Art. 1.º – Fica aprovado o Acordo Plurianual celebrado em 30/07/76, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Antonina, para operacionalização de ação conjunta na implementação do Projeto LOGOS II – Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do magistério nas quatro primeiras séries do 1.º grau.

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO NÚMERO 205/77

P A R E C E R

Acompanhado da Mensagem Governamental 50/77, de 4/3/77, é encaminhado à apreciação desta Casa, Acordo Plurianual, celebrado em 30/7/76, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de Antonina, para operacionalização de ação conjunta na implementação do Projeto LOGOS II – Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do magistério nas quatro primeiras séries do 1.º grau.

Cumpré, o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União, com os Estados e com os Municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 55/77

P A R E C E R

O presente projeto de resolução, tem por finalidade o referendo desta Assembléia ao Convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o Município de Antonina.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Finanças para opinar restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1977.

(aa) João Fadel, Presidente; Aguinaldo P. Lima, Relator.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 55/77

P A R E C E R

O projeto de resolução em tela, tem por objetivo o referendo desta Casa ao Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de Antonina, nos termos do Art. 47,

inciso IX da Constituição Estadual.

Sobre o Acordo, já manifestaram-se favoravelmente as doutas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

No âmbito desta Comissão de Instrução Pública, temos que o Acordo, objeto do presente projeto de resolução atende aos interesses da Educação em nosso Estado.

Nestas condições opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1977

(aa) Werner Wanderer; Edilson Alencar, Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução 57/77, de autoria da CCJ, Mensagem 50/77, ex-Proposição 205/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Astorga, objetivando implementação do Projeto LOGOS II – Habilitação de Professores não titulados em exercício nas quatro primeiras séries do 1.º grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIP, por unanimidade. – Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 57/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º – Fica aprovado o Acordo Plurianual celebrado em 28 de agosto de 1976, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Astorga, para operacionalização de ação conjunta na implementação do Projeto LOGOS II – Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do magistério nas quatro primeiras séries do 1.º grau.

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO NÚMERO 205/77

P A R E C E R

Acompanhado de Mensagem Governamental 50/77, de 4/3/77, é encaminhado à apreciação desta Casa, Acordo Plurianual celebrado em 2/8/76, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de Astorga, para operacionalização de ação conjunta na implantação do Projeto LOGOS II – Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício nas quatro primeiras séries do 1.º grau.

Cumpré, o Senhor Governador, dessa forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União, com os Estados, e com os municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 57/77

P A R E C E R

O presente projeto de resolução, tem por finalidade o referendo desta Assembléia ao convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o Município de Astorga.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto Financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1977

(aa) João Fadel, Presidente, Aguinaldo P. Lima, Relator.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 57/77

PARECER

O projeto de resolução em tela, visa o referendo desta Assembléia Legislativa, ao termo de convênio celebrado, com base no Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o Município de Astorga.

Sobre a matéria já houve o pronunciamento das doudas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, opinando favoravelmente.

Quanto à apreciação por esta Comissão de Instrução Pública, temos que a matéria, objeto do convênio celebrado, atende aos interesses da Educação em nosso Estado, razão pela qual opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

(aa) Werner Wanderer, Presidente, Augusto Carneiro, Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução 58/77, de autoria da CCJ, Mensagem 50/77, ex-Proposição 214/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Santa Helena, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II – Habilitação de Professores não titulados, conforme específica. – Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIP, por unanimidade. – Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 58/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º – Fica aprovado o Acordo Plurianual celebrado em 30 de agosto de 1976, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Santa Helena, para operacionalização de ação conjunta na implantação do Projeto LOGOS II – Habilitação de Professores não titulados via ensino supletivo, em exercício do magistério nas quatro primeiras séries do 1o. grau.

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente, Fabiano Braga Côrtes, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO NÚMERO 214/77

PARECER

Acompanhado da Mensagem Governamental 50/77, de 04/04/77, é encaminhado à apreciação desta Casa, Acordo Plurianual celebrado em 30/08/76, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de Santa Helena, para operacionalização da ação conjunta na implantação do Projeto LOGOS II – Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do magistério das quatro primeiras séries de 1o. grau.

Cumprido, o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União, com os Estados, com os Municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Fabiano Braga Côrtes, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 58/77

O presente projeto de resolução tem por finalidade o referendo desta Assembléia, ao convênio celebrado nos termos do art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o Município de Santa Helena.

A douda Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria, opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Instrução Pública para opinar, restrita ao aspecto concernente à educação, à cultura e à instrução pública e particular, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1977.

(aa) João Fadel, Presidente; Gabriel Manoel, Relator.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 58/77

PARECER

O presente projeto de resolução tem por finalidade o referendo desta Assembléia, ao convênio celebrado nos termos do art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o Município de Santa Helena.

A douda Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria, opinou favoravelmente, arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Instrução Pública para opinar, restrita ao aspecto concernente à educação, à cultura e à instrução pública e particular, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 4 de março de 1977.

(aa) Werner Wanderer, Presidente; Augusto Carneiro, Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução 60/77, de autoria da CCJ, Mensagem 48/77, ex-Proposição 227/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Florai, objetivando transferência de recursos a serem aplicados na área da Educação Física e Desportos. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIP, por unanimidade. – Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 60/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º – Fica aprovado o convênio celebrado em 26 de abril de 1976, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de Florai, objetivando a transferência de recursos oriundos de convênio celebrado com o MEC, para aplicação na área da Educação Física e Desportos.

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO NÚMERO 227/77

PARECER

1. Através da Mensagem Governamental 48/77, de 04 de

março de 1977, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 28/04/76, pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de Florai, objetivando a transferência de recursos oriundos de convênio celebrado com o MEC, pela aplicação na área da Educação Física e Desportos.

2. Cumpre, o Senhor Governador, desta forma, determinação contida no Art. 22, item VII, da Constituição Estadual, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

3. Da simples leitura do texto do tratado depreende-se que a matéria é de relevante interesse público, por isso, nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Pela aprovação, é o parecer, s.j.m.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(a) Paulo Camargo, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 60/77

PARECER

O presente projeto de resolução, tem por finalidade o referendo desta Assembléia, ao convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o Município de Florai.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio, está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1977.

(aa) João Fadel, Presidente; Gabriel Manoel, Relator.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 60/77

PARECER

O projeto de resolução em tela, visa o referendo desta Assembléia Legislativa, ao termo de Convênio celebrado, com base no Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o Município de Florai.

Sobre a matéria já houve o pronunciamento das doudas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, opinando favoravelmente.

Quanto à apreciação por esta Comissão de Instrução Pública, temos que a matéria, objeto do convênio celebrado, atende aos interesses da Educação, em nosso Estado, razão pela qual opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de maio de 1977.

(aa) Werner Wanderer, Presidente; Edilson Alencar, Relator.

Ia. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 62/77, de autoria da CCJ, Mensagem 48/77, ex-Proposição 233/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Antonina, objetivando transferência de recursos conforme específica. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIP, por unanimidade. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 62/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 14 de outubro de 1976, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de Antonina, objetivando a transferência de recursos oriundos de convênio celebrado com o MEC, para aplicação na área da Educação Física e Desportos.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO NÚMERO 233/77

PARECER

1. Através da Mensagem Governamental 48/77, de 04 de março de 1977, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 14 de outubro de 1976, pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de Antonina, objetivando a transferência de recursos oriundos de convênio celebrado com o MEC, para aplicação na área da Educação Física e Desportos.

2. Cumpre, o Senhor Governador, desta forma, determinação contida no Art. 22, item VII da Constituição Estadual, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

3. Da simples leitura do texto do tratado depreende-se que a matéria é de relevante interesse público, por isso, nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Pela aprovação, é o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 62/77

PARECER

O presente projeto de resolução, tem por finalidade o referendo desta Assembléia em convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o Município de Antonina.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1977.

(aa) João Fadel, Presidente; Gabriel Manoel, Relator.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 62/77

PARECER

O projeto de resolução em tela, visa o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Antonina, com base no Art. 47, inciso IX da Constituição Estadual.

Sobre a matéria já houve o pronunciamento favorável das doudas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

Quanto à apreciação por esta Comissão de Instrução Pública, temos que a matéria, objeto do convênio celebrado, atende aos altos interesses da Educação em nosso Estado, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1977.

(aa) Werner Wanderer, Presidente; Gabriel Sampaio, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 70/77, de autoria da CCJ, Mensagem 51/77, ex-Proposição 250/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Centenário do Sul, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Rendas Internas. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 70/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 31/12/76, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Centenário do Sul, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Rendas Internas na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO NÚMERO 250/77

P A R E C E R

Acompanhado da Mensagem Governamental 51/77, de 4/3/77, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 31/12/76, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Centenário do Sul, objetivando a execução de reparos em próprio estadual, na sede do referido município.

Cumpra, o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União, com os Estados e com os Municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente, Ezequias Losso, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 70/77

P A R E C E R

O presente projeto de resolução, tem por finalidade o referendo desta Assembléia ao Convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o Município de Centenário do Sul.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação, é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1977.

(aa) João Fadel, Presidente; Gabriel Manoel, Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 70/77

P A R E C E R

1. Com base no art. 47, inciso IX, da Constituição Estadual, o Senhor Chefe do Poder Executivo encaminhou para apreciação

da Casa, convênio celebrado com pessoa jurídica de Direito Público Municipal.

2. Quanto aos aspectos legal e financeiro, as duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, opinaram favoravelmente.

3. Quanto à competência desta Comissão para opinar, verifica-se que a matéria contida na presente proposição está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

4. Somos, pois, pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1977.

(a) Fuad Nacli, Presidente e Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 72/77, de autoria da CCJ, Mensagem 53/77, ex-Proposição 253/77, aprova o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Miraselva, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 72/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 19/3/76, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o Município de Miraselva, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Padre Anchieta e Ginásio Estadual Dr. Affonso Camargo e Grupo Escolar Julia Wanderley, na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Fabiano Braga Côrtes, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO NÚMERO 253/77

P A R E C E R

1. Com a Mensagem 53/77, o Senhor Governador encaminha a esta Assembléia, para os fins constitucionais, termo de convênio celebrado em 19/3/76, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o Município de Miraselva, objetivando execução de reparos em próprios estaduais.

2. É da competência do Governador do Estado celebrar convênios com a União, com os Estados e com os Municípios, ad-referendum da Assembléia Legislativa (inciso IX, do Art. 47, da Constituição Estadual).

3. Quanto ao mérito, verificamos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do município citado.

4. Nestas condições, o nosso parecer é pela aprovação da Mensagem, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente, Fabiano Braga Côrtes Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 72/77

P A R E C E R

O presente projeto de resolução, tem por finalidade o referendo desta Assembléia ao convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o Município de Miraselva.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1977.

(aa) João Fadel - Presidente; Gabriel Manoel - Relator

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Parecer ao Projeto de Resolução número 72/77

1 - Com base no artigo 47, inciso IX, da Constituição Estadual, o Senhor Chefe do Poder Executivo encaminhou para apreciação da Casa, convênio celebrado com pessoa jurídica de Direito Público Municipal.

2 - Quanto aos aspectos legal e financeiro, as duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, opinaram favoravelmente.

3 - Quanto à competência desta Comissão para opinar, verificamos que a matéria contida na presente proposição está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

4 - Somos, pois, pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1977.

(a) FUAD NACLI - Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução número 76/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 42/77, ex-Proposição número 278/77 - aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, por intermédio do Departamento de Ensino Supletivo, com objetivos que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, e CIP., por unanimidade. - Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 76/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o convênio celebrado em 25 de agosto de 1976, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, por intermédio do Departamento de Ensino Supletivo, objetivando a implantação do sistema de suplência profissionalizante a nível de segundo grau.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo - Presidente; Ezequias Losso - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 278/77

Acompanhado da Mensagem Governamental número 42/77, de 04/04/77, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 25 de agosto de 1976, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, por intermédio do Departamento de Ensino Supletivo, objetivando a implantação do sistema de suplência profissionalizante a nível de segundo grau.

Cumpre, o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional contida no art. 22, inciso VII, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União, com os Estados e com os Municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO - Presidente

EZEQUIAS LOSSO - Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Resolução número 76/77

O presente projeto de resolução tem por finalidade o referendo desta Assembléia, ao convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX, da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o Ministério da Educação e Cultura.

A dulta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria, opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Instrução Pública para opinar, restrita ao aspecto concernente à educação, à cultura e à instrução pública e particular, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação, é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 05 de maio de 1977.

(aa) WERNER WANDERER - Presidente

AUGUSTO CARNEIRO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução número 77/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 43/77, ex-Proposição número 279/77 - aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, visando execução do Programa do Livro Didático - Ensino Fundamental - 76/77. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. - Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 77/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 05/07/77 entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e da Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, através da Fundação Nacional de Material Escolar, visando a execução do Programa do Livro Didático - Ensino Fundamental - 76/77.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo - Presidente; Fabiano Braga Cortes - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 279/77

Oriunda de Mensagem Governamental número 43/77, a presente Proposição número 279/77, tem por finalidade o referendo desta Assembléia ao convênio celebrado em 05/07/76 entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Ministério da Educação e Cultura através da Fundação Nacional de Material Escolar, visando a execução do Programa do Livro Didático - Ensino Fundamental 76/77.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios é do Chefe do Poder Executivo, "ad referendum" desta Assembléia.

Analisando-se os termos do convênio assinado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo. É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo - Presidente; Fabiano Braga Cortes - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Resolução número 77/77

O Presente projeto de resolução, tem por finalidade o referendo desta Assembléia ao convênio celebrado nos termos

do Art. 147, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o município de Curitiba.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quando à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1977.

(a) GABRIEL MANOEL – Presidente

DEL CIEL – Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Resolução número 77/77

O projeto de resolução em tela, visa o referendo desta Assembléia Legislativa, ao termo de convênio celebrado, com base no Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o Ministério da Educação e Cultura.

Sobre a matéria já houve o pronunciamento das doudas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, opinando favoravelmente.

Quanto à apreciação por esta Comissão de Instrução Pública, temos que a matéria, objeto do convênio celebrado, atende aos interesses da Educação em nosso Estado, razão pela qual opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de maio de 1977.

(aa) WERNER WANDERER – Presidente

AUGUSTO CARNEIRO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução número 79/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 40/77, ex-Proposição número 296/77 – aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Ministério de Educação e Cultura, por intermédio do CENESP, objetivando assistência técnica e financeira na realização do curso de atualização para professores de classe comum. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. – Aprovado.

Comissão de Constituição e Justiça

Projeto de Resolução número 79/77

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º – Fica aprovado convênio celebrado em 01 de julho de 1976, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, por intermédio do Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, objetivando concessão de assistência técnica e financeira para ser aplicada na realização de curso de atualização para professores de classe comum.

Art. 2º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) ACCIOLY NETO – Presidente

EZEQUIAS LOSSO – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 296/77

Acompanhado da Mensagem Governamental número 40/77, de 04/03/77, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 01 de julho de 1976, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, por intermédio do Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, objetivando concessão de assistência técnica e financeira para ser aplicada na realiza-

ção de Curso de Atualização para professores de classe comum.

Cumpre, o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional contida no art. 22, inciso VII, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União, com os Estados e com os municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO – Presidente

EZEQUIAS LOSSO – Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Resolução número 79/77

O presente projeto de resolução, tem por finalidade o referendo desta Assembléia ao convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o município de Curitiba.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1977.

(aa) JOÃO FADEL – Presidente

DEL CIEL – Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Resolução número 79/77

O projeto de resolução em tela, visa o referendo desta Assembléia Legislativa, ao termo de convênio celebrado, com base no Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o Ministério da Educação e Cultura.

Sobre a matéria já houve o pronunciamento das doudas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, opinando favoravelmente.

Quanto à apreciação por esta Comissão de Instrução Pública, temos que a matéria, objeto do convênio celebrado, atende aos interesses da Educação em nosso Estado, razão pela qual opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de maio de 1977.

(aa) WERNER WANDERER – Presidente

EDILSON ALENCAR – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução número 81/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 44/77, ex-Proposição número 299/77 – aprova convênio celebrado pelo Governo Federal através do Ministério da Educação e Cultura, com o Colégio Nossa Senhora Medianeira desta Capital. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., e CF., por unanimidade. – Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 81/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º – Fica aprovado o convênio celebrado em 01 de julho de 1976, pelo Governo Federal, através do Ministério da Educação e Cultura, com o Colégio Nossa Senhora Medianeira desta Capital, com interveniência do Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Educação e Cultura, objetivando a concessão de bolsas de estudo para alunos carentes de recursos financeiros do ensino de primeiro e segundo

graus.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 299/77

1 — Através da Mensagem Governamental número 44/77, de 04 de março de 1977, é encaminhado à apreciação desta Casa convênio celebrado em 01 de julho de 1976, pelo Governo Federal, através do Ministério da Educação e Cultura, com o Colégio Nossa Senhora Medianeira desta Capital, com intervenção do Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Educação e Cultura, objetivando a concessão de bolsas de estudo para alunos carentes de recursos financeiros do ensino do primeiro e segundo graus.

2 — Cumpre, o Senhor Governador, desta forma, determinação contida no Art. 47, item VII, da Constituição Estadual, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

Da simples leitura do texto do tratado, depreende-se que a matéria é de relevante interesse público, por isso, nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Pela aprovação, é o parecer, S.M.J..

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Resolução número 81/77

O presente projeto de resolução, tem por finalidade o referendo desta Assembléia ao convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o município de Curitiba.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na elaboração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1977.

(aa) JOÃO FADEL — Presidente

DEL CIEL — Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, lido da tribuna, encaminhando apelo à Mesa, extensivo ao Sr. Governador do Estado, como parte no Mandato de Segurança 34/71.

O presente expediente será encaminhado à consideração da Comissão Executiva sem prejuízo de que o Departamento competente destaque cópia do presente para remessa ao Chefe do Poder Executivo em correspondência desta Mesa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Ribeiro de Macedo Filho. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Clotário de Macedo Portugal Filho, ocorrido nesta Capital. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Feder-

mann, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei número 60/77. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Alves do Nascimento. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Aeronáutica e Diretor do Departamento de Aviação Civil, no sentido de que sejam efetuados estudos, visando a possibilidade da abertura de uma linha aérea comercial ligando as cidades de Guaíra e Cascavel. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado, no sentido de que determine sejam efetuados estudos visando a possibilidade de se colocar um soldado da Corporação, nos horários de entrada e saída de colégios no cruzamento da rua Lilian de Araújo com Avenia das Américas, município de São José dos Pinhais. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Diretoria da TELEPAR, encarecendo a necessidade da urgente instalação de Posto de Serviço, para operar através de monocal, no Distrito de Turvo, município de Guarapuava. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, de Nota Oficial expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, bem assim as declarações do seu Presidente, Dr. Aduardo Rocha Virmond, publicados no jornal "O Estado do Paraná". — APROVADO. — (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, encaminhando abaixo assinado dos moradores do Jardim Gabinete, consubstanciado em memorial reivindicando implantação do serviço de coleta de lixo e melhores condições no setor de transporte urbano naquele bairro. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de apurar irregularidades na Delegacia de Polícia de Piraquara. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está V. Exa. com a palavra.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, pedi para discutir o requerimento apresentado pelo eminente Deputado Jayme Carvalho. Pretendia hoje já trazer uma informação à Casa, das providências que haviam sido tomadas. Mas, infelizmente, pela manhã em virtude de compromissos que já tínhamos assumido, não houve tempo de entrarmos em contato com a Secretaria de Segurança. Por esse motivo, nada temos contra o requerimento solicitado pelo eminente Deputado e vamos votar favoravelmente, e tenho certeza que o Sr. Secretário de Segurança tomará as devidas providências.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Jayme Carvalho. — APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, para falar em Explicações Pessoais.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Sr. Presidente, Srs. Depu-

tados.

Pela exiguidade de tempo, não nos foi possível apartear o nobre Deputado Osvaldo Macedo quando ocupava a tribuna, na tarde de hoje. E o nosso aparte ao Deputado, prende-se com relação ao pronunciamento feito, em aparte, pelo Deputado Jayme Carvalho.

Quero dizer a esta Casa que o nobre Deputado Jayme Carvalho foi mal informado com relação ao episódio, aqui relatado com referência a Goioerê, na pessoa do Dr. Tavares. E digo isso, que o nobre Deputado Jayme Carvalho foi mal informado, porque nós sabemos perfeitamente do conceito que o Delegado de então em Goioerê, Dr. Tavares, tem da pessoa do Prefeito Vicente Okamoto. E mesmo, há questão de mês e meio a dois meses, estive eu com o Dr. Tavares trocando idéias e comentando sua passagem por Goioerê.

Disse ele da amizade que tinha para com nossa pessoa e da amizade que tinha ele para com o Prefeito de então, Vicente Okamoto, que jamais fez um pedido escuso ao Dr. Tavares. E a saída do Dr. Tavares, de Goioerê, foi solicitada por ele mesmo.

E lembro, que altas horas da madrugada, recebi uma telefonema de Goioerê, na minha residência, do Dr. Tavares juntamente, com o Prefeito Vicente Okamoto, quando esse Delegado, Dr. Tavares, solicitava para mim, que não medisse esforços para a sua remoção de Goioerê, sua saída de Goioerê, e alegava ele, motivos de saúde, de seu filhinho que não se adaptava com o clima, era a razão que ele pedia a sua saída de Goioerê.

E sei e afirmo nesta Assembléia, do conceito, da honradez com que o Delegado Tavares vê a pessoa do ex-Prefeito Vicente Okamoto que eu conheço, que é meu amigo particular, que é um homem de bem, que é um homem digno, que é um homem tão digno que hoje, é um grande amigo que eu tenho por este interior do Paraná. E uma das grandes vantagens que eu vejo em política, são as amizades que nós formamos por este interior afora.

E dentro de tantas amizades que tenho por este Paraná afora, está a pessoa do Prefeito Vicente Okamoto, está a pessoa também, do Delegado Tavares, este, com quem eu sempre mantive as melhores relações de amizade, relações tão grandes que inclusive, este Delegado, freqüentava a minha residência, por várias vezes, esteve em minha residência, nos visitando, conversando e trocando idéias sobre o problema da segurança do município de Goioerê.

Era esse, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o esclarecimento que eu queria deixar nesta Casa, na tarde de hoje.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 08, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 60/75, 112/75, 156/75 e de Resolução números 176/75, 11/77, 13/77, 16/77, 17/77, 18/77, 20/77, 22/77, 24/77, 26/77, 30/77, 31/77, 34/77, 35/77, 48/77, 51/77, 53/77, 55/77, 57/77, 58/77, 60/77, 62/77, 70/77, 76/77, 77/77, 79/77, 81/77.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 34/77.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado Lineu Turra, em sessão do dia 7/6/77.

ORDEM REPUDIA VIOLÊNCIAS

Apoiado numa resolução unânime do Conselho Seccional do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil, o presidente Eduardo Rocha Virmond tornou pública uma nota oficial da entidade onde "repudia os

atos de violência e tortura a que foram submetidos estudantes paranaenses, dentre eles menores de idade e moças, por agentes policiais desmerecedores de suas funções".

Como entidade pública, a Ordem recebeu uma denúncia pessoal e a partir dela abriu uma sindicância na semana passada, ouvindo depoimentos dos estudantes presos no centro da cidade no último dia 09 de maio. Já foram ouvidos sete estudantes por dois advogados designados pela OAB e outras pessoas deverão ser arroladas como testemunhas.

Dentro de mais dez dias, a OAB, seção do Paraná, terá condições de enviar esta sindicância à Procuradoria da República, à Procuradoria Geral da Justiça e à Auditoria Militar. "Nossa ação de protesto e apuração dos fatos termina ali — explica Virmond. A Procuradoria Geral da Justiça poderá então pedir nova sindicância ou promover ação penal, pois, além de ferir os Direitos Humanos, há um crime praticado de abuso de poder com agravante". Os resultados desta sindicância feita pela Ordem deverão ser enviados também ao Conselho Federal da entidade que, por sua vez, os encaminhará à Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. No entanto, esta comissão não se reúne há quatro anos, apesar de ter sido convocada por várias vezes.

NOTA OFICIAL

É o seguinte o teor da nota oficial: "Os direitos de reunião, manifestação e associação se confundem com o de liberdade de pensamento, todos garantidos pela Constituição da República, além de ratificadas pelo Conselho Nacional em razão de compromissos internacionais do Estado Brasileiro entre as Nações Unidas. A proibição do exercício de qualquer deles é juridicamente insustentável e significa violação de direitos civis fundamentais. Como guardião da ordem jurídica e da Constituição da República, a Ordem dos Advogados do Brasil é compelida a se manifestar quando, como agora, autoridades públicas violam expressamente essas garantias constitucionais, com a intenção de limitar o pensamento e a atividade de estudantes de grau superior e a impedir o exercício, por eles, dos direitos civis que abrangem toda a nacionalidade.

A Ordem dos Advogados do Brasil não entra no mérito das motivações estudantis. Proclama o direito de manifestação — que está sendo violado — e protege as vítimas de quaisquer consequências de uma violação, no sentido de defesa da ordem jurídica e dos direitos humanos dela emergentes. Neste sentido, repudia os atos de violência e tortura a que foram submetidos estudantes paranaenses, dentre eles menores e moças, por agentes policiais desmerecedores de suas funções, em violação ao artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e ao parágrafo 14 do artigo 153 da Constituição da República, em consequência do que serão acionados os devidos instrumentos legais para apurar-se a responsabilidade dos autores de tais atos, que suscitaram revolta e indignação mesmo de pessoas de sua corporação. Em face de tais acontecimentos, foi instaurada sindicância a ser remetida às Procuradorias da Justiça e da República, assim como para dar conhecimento de tais violências, em sua extensão, às autoridades do Estado e da República".

POR QUÊ NÃO O 477?

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo quinto, prevê que "ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante". O parágrafo 14 do artigo 153 da Constituição da República prega que "impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral do detento e do presidiário". Comentando sobre o possível enquadramento dos estudantes presos após as manifestações realizadas em todo o País depois do dia 01 de maio — na Lei de Segurança Nacional, Eduardo Virmond questiona: "O próprio Ministro Jarbas Passarinho afirmou que o decreto 477 existia para evitar que os estudantes fossem enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Por que agora não se aplica esta filosofia, quando algumas autoridades estão denunciando os estudantes segundo a Lei?"

Para o Presidente da OAB, seção do Paraná, "os direitos de reunião, de manifestação e associação são corolários do direito e da liberdade de pensamento". Apesar das últimas proibições, Virmond argumenta que "é preciso demonstrar que do ponto de vista legal isto seja proibido" acrescentando que o tratamento dispensado aos estudantes detidos no centro de Curitiba no dia 9 de maio "não se justifica mesmo que eles estivesse portando ampolas de ópio". Segundo o depoimento dos es-

tudantes ouvidos pelos dois advogados, houve espancamento e alguns foram submetidos à execução moral nas dependências da Delegacia de Ordem Político e Social. A penalidade prevista no Código Penal Brasileiro para casos de abuso de autoridade com agravante é a detenção de um mês a um ano".

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 440/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4386, de 13 de maio de 1977, deste Poder, e de acordo com a correção do salário-mínimo regional e da Lei número 1075,

RESOLVE:

Art. 1º — Os salários dos funcionários contratados "Técnicos em Equipamentos Composer" NEOMILTA SANTI SCHEFFEL, DEISE XAVIER DEL CORSO e TADEU LUKA, ficam reajustados em 44,107%, perfazendo um total de Cr\$ 2.810,08 (dois mil, oitocentos e dez cruzeiros e oito centavos).

Art. 2º — Os salários dos funcionários contratados como Motoristas ALZIRO SANTIN, DIRCEU DA SILVA, ELI MOCELIN CECCON, HAMILTON GUERREIRO CARNEIRO, RENATO MÁRIO MIGUEL e WILFRIED KOESTER, ficam reajustados em 44,107%, perfazendo um total de Cr\$ 1.054,40 (dois mil e cinquenta e quatro cruzeiros e quarenta centavos).

Art. 3º — O salário do funcionário contratado como Motorista CARLOS FORNAROLLI, fica reajustado em 44,107%, perfazendo um total de Cr\$ 1.540,80 (hum mil e quinhentos e quarenta cruzeiros e oitenta centavos).

Art. 4º — Os salários dos funcionários contratados como Agentes de Segurança AVELINO CAMILO CORREIA e JOSÉ AUGUSTINHO DA SILVA, ficam reajustados em 44,107%, perfazendo um total de Cr\$ 1.540,80 (hum mil e quinhentos e quarenta cruzeiros e oitenta centavos).

Art. 5º — O salário do funcionário contratado como Técnico de Som ADMIR BORCK, fica reajustado em 44,107%, perfazendo um total de Cr\$ 1.997,42 (dois mil e novecentos e noventa e sete cruzeiros e quarenta e dois centavos).

Art. 6º — O salário do funcionário contratado como Desenhista JEAN VILLANAVE, fica reajustado em 44,107%, perfazendo um total de Cr\$ 1.540,80 (hum mil e quinhentos e quarenta cruzeiros e oitenta centavos).

Art. 7º — O salário do funcionário contratado como Datilógrafo LUIZ CARLOS VIEIRA, fica reajustado em 44,107%, perfazendo um total de Cr\$ 1.540,80 (hum mil e quinhentos e quarenta cruzeiros e oitenta centavos).

Art. 8º — O salário do funcionário contratado como Técnico em Computador Eletrônico ALCIONE GUILHERME CORDEIRO WEISS, fica majorado em 30%, de acordo com a Lei número 1075, perfazendo um total de Cr\$ 4.255,00 (quatro mil duzentos e vinte e cinco cruzeiros).

Art. 9º — Os salários de que trata este Decreto, passam a vigorar a partir de 01 de maio de 1977, revogam-se as disposições em contrário. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de junho de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 441/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 5037, de 27 de maio de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

colocar o funcionário JOSÉ PAULO ORTH, matrícula número 420, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, à disposição da Prefeitura Municipal de Curitiba,

sem ônus para este Poder, a partir de 01 de maio de 1977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06 de junho de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 442/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 5038, de 27 de maio de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

colocar o funcionário FERNANDO JOSÉ PUPPI, matrícula número 327, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, à disposição da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a partir de 01 de abril de 1977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06 de junho de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 443/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4630, de 19 de maio de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário ALCIDES ZONATTO, matrícula número 526, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer interinamente as Funções de Chefe da Seção de Portaria, enquanto perdurar o afastamento do titular, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 17 de maio de 1977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06 de junho de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 444/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3551, de 27 de abril de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — retificar o inciso III, do Decreto Legislativo número 532/76, de 17 de agosto de 1976, para declarar que o adicional de mais cinco por cento concedido pelo mesmo sobre os vencimentos de ANTÔNIO GARCIA, matrícula número 020, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, é a partir de 23 de janeiro de 1975, data em que completou trinta (30) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, e não como consta naquele ato;

II — retificar o inciso IV, do referido Decreto Legislativo, para declarar que o adicional concedido pelo mesmo, de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, é a partir de 23 de julho de 1975, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, em razão da incorporação correspondente ao sexto quinquênio, e não como consta naquele ato;

III — retificar o inciso V, do mesmo Decreto Legislativo, para declarar que o adicional ali concedido, de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, é a partir de 23 de maio de 1976, data em que, em razão das férias referentes ao ano de 1975, contadas em dobro, completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, e não como consta naquele ato; e,

IV — conceder o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da Lei número 6174, de 16 de novembro

de 1970, a partir de 23 de março de 1977, data em que completou trinta e três (33) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, em razão das férias referentes ao ano de 1976, contadas em dobro, perfazendo assim um total de vinte por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de junho de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 445/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4458, de 17 de maio de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a ALBA LÍGIA ARAÚJO E CARGIA, matrícula número 111, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 24 de novembro de 1976, data em que completou trinta e três (33) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo assim um total de vinte por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de junho de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 446/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3828, de 03 de maio de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de UMBELINA CARRARO SANTOS, matrícula número 461, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1976, que deixou de gozar; e,

II — conceder o adicional de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da citada Lei número 6174, a partir de 10 de março de 1977, data em que completou trinta e quatro (34) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de junho de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 447/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4661, de 19 de maio de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

dispensar a pedido, LÍDIA MUCHINSKI, matrícula número 487, ocupante do cargo de nível PL "21" e MARIA DE LOURDES MALTAURO, matrícula número 181, ocupante do cargo de nível PL "19", ambas da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, das funções de Auxiliar de Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de junho de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente; QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário; JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 448/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4661, de 19 de maio de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

designar CARMEN APARECIDA FREGONEZE, matrícula número 098, ocupante do cargo de Secretário de Comissão e RICARDO SABOYA KHURY, matrícula número 107, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercerem as funções de Auxiliar de Gabinete da Segunda Vice-Presidência, percebendo as vantagens inerentes.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de junho de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 449/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3847, de 03 de maio de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARIA JOSÉ TÁVORA GIL BELÉM, matrícula número 250, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de junho de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 450/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3338, de 22 de abril de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, nos termos do Art. 171, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a HENRIQUE WOJCIK, matrícula número 460, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 13 de março de 1977, data em que completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de junho de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário; JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

PORTARIA:

PORTARIA NÚMERO 408/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3442, de 28 de abril de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

lotar, a funcionária OLGA MARIA ROCHA ATHAYDE, matrícula número 295, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento Administrativo, junto à Divisão do Protocolo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de maio de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral